



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC

Estratégia de Cooperação Suíça Moçambique 2017–2020



Índice

Abreviaturas e Acrónimos	4
Prefácio	5
1 Contexto de Desenvolvimento	6
2 Cooperação Suíça e internacional com Moçambique	8
3 Realizações e Lições Aprendidas 2012–2016	9
4 Implicações para a Estratégia da Cooperação Suíça 2017–2020	11
5 Prioridades e Objectivos	12
6 Gestão e Implementação do Programa	15
7 Direcção do Programa	16

Abreviaturas e Acrónimos

ARI	Indicadores Agregados de Referência	NGO	Organização Não-Governamental
BICA	Agenda Nacional de Integridade nos Negócios	ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
CHF	Franco suíço	OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
CIP	Centro para Integridade Pública	OHCHR	Gabinete do Alto-Comissário para os Direitos Humanos
CPI	Centro de Promoção de Investimentos	OMR	Observatório do Meio Rural
CSO	Organização da Sociedade Civil	PES	Plano Económico e Social
CSPM	Gestão de Programas Sensíveis a Conflitos	PESS	Plano Estratégico do Sector de Saúde
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional	PFM	Gestão de Finanças Públicas
DNAAS	Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento	PIPED	Plano de Implementação de Política e Estratégia de Desenvolvimento
EC	Comissão Europeia	PQG	Plano Quinquenal do Governo 2015–2019
SENAP	África Austral, África Oriental e do Norte, Divisão do Território Ocupado da Palestina	PROGOAS	Programa de Governação de Água de Saneamento
EU	União Europeia	PROSAUDE	Fundo Comum para o Sector de Saúde
FDI	Investimento Directo Estrangeiro	P4H	Rede de Protecção de Saúde Social
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique	QAD	Quadro de Avaliação de Desempenho
GDP	Produto Interno Bruto	RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
GoM	Governo de Moçambique	SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
GoTAS	Governação, Água e Saneamento e Saúde – Projecto da SDC	SAM	Monitor de Responsabilidade Social
HDI	Índice de Desenvolvimento Humano	SDC	Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação
ICS	Sistema de Controlo Interno	SECO	Secretaria de Estado para Assuntos Económicos (Suíça)
IMF	Fundo Monetário Internacional	SERI	Secretaria de Estado para Educação, Pesquisa e Inovação (Suíça)
INE	Instituto Nacional de Estatística	SME	Pequenas e Médias Empresas
INOVAGRO	Projecto da SDC do Sector Privado	TA	Assistência Técnica
ITC	Iniciativas de Terras Comunitárias	TVET	Educação e Formação Técnico-Profissional
LGMI	Iniciativa de Monitoria do Governo Local	UN	Nações Unidas
MBFM	Micro-banco Futuro de Moçambique	UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
MEF	Ministério da Economia e Finanças	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
MERV	Sistema de Monitoria da SDC para Mudanças Relevantes de Desenvolvimento	WASH	Água, Saneamento e Higiene
MISAU	Ministério da Saúde	WatSan	Água e Saneamento
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural	WHO	Organização Mundial da Saúde
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos		
MSD	Abordagem de Desenvolvimento de Sistemas de Mercado (antiga M4P)		
MZN	Metical Moçambicano		

Prefácio

A parceria de desenvolvimento entre os governos da Suíça e de Moçambique remonta a meados da década de 70. Desde o primeiro acordo de paz em 1992, a Suíça tem expandido continuamente a sua cooperação para o desenvolvimento em Moçambique. As competências e recursos combinados da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC) e da Secretaria de Estado para Assuntos Económicos (SECO) auxiliaram os parceiros nacionais na conquista de importantes realizações nas áreas de desenvolvimento económico, saúde, água e saneamento, governação e empoderamento da sociedade civil. Entre as referidas realizações, importa referir a redução da pobreza que se verificou durante este período de cooperação.

O novo Despacho do Conselho Federal para a Cooperação Internacional da Suíça 2017–2020 reitera Moçambique como país prioritário para a cooperação suíça para o desenvolvimento. De facto, a deterioração do panorama económico, o recrudescimento do conflito entre os principais partidos políticos e a incapacidade de lidar com o rápido crescimento da população representam ameaças evidentes à coesão social e à estabilidade, dando origem a desigualdades, a uma massa crescente de jovens desempregados, a corrupção e a um acesso desigual aos recursos naturais e aos serviços públicos.

Os anos vindouros são cruciais para a paz e para o desenvolvimento sustentável de Moçambique. Em harmonia com os valores da sua política externa e respectivas vantagens comparativas, a Suíça está preparada para apoiar o governo de Moçambique no cumprimento das suas responsabilidades de promoção do crescimento inclusivo e de uma redução mais acentuada da pobreza.

Com esse propósito, orientado pela Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e no âmbito do plano quinquenal de Moçambique, o apoio da Suíça será direccionado para o fortalecimento da governação a nível local. A Suíça contribuirá para um acesso e utilização mais equitativos, eficientes e responsáveis dos recursos financeiros e naturais; ajudará a criar oportunidades de mercado e de rendimento para jovens e mulheres e fortalecerá a gestão económica; envidará ainda esforços no sentido de melhorar as condições de saúde das pessoas vulneráveis. Para além das actividades com alcance nacional, manter-se-á o foco nas áreas rurais das três províncias do Norte do país: Niassa, Nampula e Cabo Delgado.

Esta publicação começa por fazer uma síntese dos contextos político, económico e social de Moçambique. De seguida, discute os fundamentos para a cooperação Suíça-Moçambique e prossegue com o esboço das realizações durante o anterior ciclo de estratégia, identificando as lições aprendidas. Com base nessa análise, são traçadas as implicações para a nova estratégia da Cooperação Suíça. O Capítulo 5 descreve as metas e resultados esperados para a cooperação suíça com Moçambique para o período 2017–2020.

Estou confiante que as prioridades estabelecidas na presente estratégia são particularmente relevantes para a paz, estabilidade, desenvolvimento sustentável e bem-estar do povo moçambicano.

Bern, Fevereiro de 2017

Manuel Sager
Embaixador
Director-Geral da SDC



1 Contexto de Desenvolvimento

Moçambique enfrenta, neste momento, o seu maior teste desde o fim da guerra civil em 1992. Apesar de um enorme potencial, Moçambique permanece entre os países mais pobres do mundo, deparando-se com significativos desafios económicos, políticos, sociais e ambientais. Os conflitos armados com o antigo grupo rebelde, o impacto potencialmente desastroso dos empréstimos e da dívida oculta no cenário macroeconómico e a grave seca no sul e centro do país ameaçam a estabilidade de Moçambique e o bem-estar do seu povo.

Confrontos políticos num contexto já frágil e violento...

Moçambique encontra-se entre os 56 países e economias identificados como tendo situações de fragilidade, de acordo com o Quadro de Estados de Fragilidade (no original em inglês, *States of Fragility Framework*) da OECD. A sua fragilidade reside especialmente na dimensão política.

Dois importantes desenvolvimentos, que se encontram estreitamente interligados, representam uma ameaça à estabilidade, ao crescimento inclusivo e ao desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo do país. **Em primeiro lugar**, as desigualdades estruturais permanecem elevadas devido à fragilidade do estado de direito, à forma de gestão dos recursos naturais, humanos e financeiros e à vulnerabilidade do país a choques externos. De um modo mais particular, persiste a divisão entre a próspera cidade de Maputo localizada no extremo sul e o resto do país. Os espaços participativos formais são, na sua maioria, controlados pelo partido no poder, FRELIMO, com acesso limitado para os membros da oposição, particularmente a nível distrital e provincial. As instituições do Estado continuam altamente centralizadas apesar da existência de um processo de descentralização em curso. A replicação dos papéis e das instituições aos níveis central e local é prejudicial à eficiência. Existe uma estreita relação entre o governo e

instituições do estado a todos os níveis e o partido no poder. As esferas política e económica sobrepõem-se e o estado permanece vulnerável à corrupção e a outras práticas criminosas. A supervisão e o controlo formais são limitados.

Em segundo lugar, persistem as tensões entre a FRELIMO e a RENAMO, ambas lutando pelo poder desde o Acordo Geral de Paz em 1992. A descentralização da autoridade política e económica para as províncias tem sido uma das principais causas de disputa. Em 2012, houve um reacendimento da violência armada e em Agosto de 2015 o diálogo entre as duas partes cessou completamente. Em poucas semanas, a situação deteriorou-se acentuadamente. O partido no poder, FRELIMO mantém a sua orientação política centralista e não-inclusiva, que a oposição, RENAMO, considera uma violação de elementos-chave do Acordo de Paz e do último cessar-fogo de 2014. As duas partes concordaram com mediação internacional, no entanto a situação mantém-se bastante tensa com uma escalada da retórica e das confrontações violentas e assassinato de adversários políticos.

Surgem, contudo, os primeiros sinais de esperança no final de 2016, quando a RENAMO anunciou um cessar-fogo de 60 dias e os parlamentares de ambos os lados começaram a avaliar modelos de descentralização administrativa. Um possível acordo, ainda que apenas parcial, na melhor das hipóteses, virá cravado de desafios.

População carente expressiva e em rápido crescimento...

A República de Moçambique tem uma população de 28 milhões de pessoas, aproximadamente metade da qual com menos de 15 anos de idade. As projecções indicam que a população quase duplicará até 2040 e que a proporção da população em idade activa aumentará para cerca de 60%. Embora a esperança de vida à nascença tenha aumentado para 55 anos, ainda é dez anos inferior à da vizinha Tanzânia, por exemplo.

Moçambique pertence ao grupo de países menos desenvolvidos, apesar dos importantes fluxos de ajuda da comunidade internacional ao longo dos últimos 20 anos. A pobreza diminuiu acentuadamente, passando de 70% em 1998 para 54% em 2002. Em 2014, metade da população ainda vivia abaixo do limiar da pobreza nacional. Um inquérito nacional sobre as despesas das famílias em 2015 revelou uma modesta melhoria nas condições de vida, principalmente no acesso a serviços e bens duradouros. No entanto, demonstrou igualmente que as desigualdades em termos de distribuição da riqueza aumentaram, assim como o hiato rural-urbano.



Crise de liquidez e uma economia em declínio...

Moçambique tem sido uma das economias com mais rápido crescimento em África. As taxas anuais de crescimento do GDP ultrapassaram os 7% nos últimos cinco anos, potenciadas pelos investimentos estrangeiros de grande escala no sector industrial de capital intensivo, bem como por uma significativa ODA. Esta impressionante expansão económica não foi, no entanto, inclusiva. A maioria da população em rápido crescimento não obteve benefícios tangíveis em termos de serviços públicos ou de oportunidades de renda. A taxa de desemprego oficial é de 23% (25% para as mulheres); o desemprego juvenil atingiu uma assombrosa percentagem de 41%. Dezenas de milhares de moçambicanos migram todos os anos para a África do Sul à procura de trabalho. O baixo nível de qualificação da mão-de-obra continua a ser uma preocupação significativa: os empregadores não conseguem contratar trabalhadores qualificados e falta uma massa crítica para a promoção de uma cultura de empreendedorismo. Três quartos da população (87% dos quais são mulheres) trabalham em agricultura de pequena escala, que está sujeita a grandes pressões das concessões de terra para a agricultura industrial e a desastres naturais frequentes. O sector industrial emprega apenas 6% da força de trabalho. Moçambique sofre de fenómenos climáticos extremos, enfrenta os impactos adversos de secas no Centro e no Sul, enquanto cheias devastadoras atingem regularmente o norte. Mesmo que as condições climáticas fossem favoráveis, o interesse do governo pela agricultura comercial concorre com os esforços altamente necessários para o aumento da produtividade e da resiliência dos pequenos agricultores.

Em 2015, Moçambique ocupou um muito modesto 180º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano do UNDP (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas), que inclui um total de 188 países. O acesso equitativo a serviços de saúde, água e saneamento de qualidade está no centro da redução da pobreza, especialmente nas vastas zonas rurais, no entanto este continua a constituir um enorme desafio. A percentagem da população que utiliza fontes seguras de água potável e infra-estruturas de saneamento adequadas aumentou, mas ainda é de apenas 49% e 21% respectivamente. A prevalência de HIV entre adultos é a oitava mais elevada em todo o mundo, ou seja, aproximadamente 10,6%. Apesar da representação feminina comparativamente elevada no parlamento nacional (39,6% em 2015), as mulheres e as raparigas continuam a ser confrontadas com muitas desvantagens e violações dos seus direitos, principalmente nas zonas rurais. Moçambique encontra-se entre os países com maior percentagem de casamentos de menores e observa-se uma falta de respeito pelo poder das mulheres sobre as suas próprias vidas. O número de escolas primárias e secundárias triplicou entre 1992 e 2010, contudo o analfabetismo permanece comparativamente alto, com uma percentagem de 21% dos homens e 42% das mulheres ainda analfabetos. Desde 2003, a mortalidade materna mantém-se em 408 óbitos por 100.000 nados vivos, números que se situam entre os mais elevados do mundo e os segundos mais altos na região.

A taxa de crescimento económico reduziu recentemente para 3,7%. Em 2016, a revelação de empréstimos públicos externos não divulgados anteriormente prejudicou gravemente a confiança dos doadores, levou a uma suspensão de ODA, tão vital, e disparou a economia para uma situação de declínio. Estima-se que o já elevado fardo da dívida de Moçambique atinja 112% do GDP, em comparação com uma média regional de 41%, segundo o IMF. Moçambique enfrenta significativos défices orçamentais e corre o risco de perder a sua solvabilidade. Espera-se que tal situação tenha um impacto negativo nos serviços públicos e na importação de bens como combustível e medicamentos. As previsões positivas do IMF de crescimento na ordem dos 8%, ou superior a longo prazo, assentes no pressuposto de investimentos maciços na extracção de gás natural e num aumento da produção de carvão, estão comprometidas. Porém, ainda é possível alcançá-las caso Moçambique, juntamente com os seus parceiros, consiga melhorar a gestão dos fundos públicos e a transparência fiscal e, consequentemente, restaurar a estabilidade económica.

2 Cooperação Suíça e internacional com Moçambique

A Suíça está activa em Moçambique desde meados dos anos 70. A cooperação para o desenvolvimento iniciou formalmente em 1979. Durante o processo de paz, que levou ao Acordo Geral de Paz de 1992, pondo fim à guerra civil de 16 anos, a Suíça contribuiu de forma significativa para a desmobilização e reabilitação do país devastado pela guerra. Desde então, tem aumentado continuamente o nível da sua cooperação internacional para o desenvolvimento. Aliando as competências e recursos da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação (SDC), da Secretaria de Estado para Assuntos Económicos (SECO) e da Divisão para a Segurança Humana, o foco tem sido no desenvolvimento económico, saúde, água e saneamento, governação e fortalecimento da sociedade civil.

Moçambique encontra-se entre os maiores receptores de ODA em África. O tecido de doadores é complexo, contando com mais de 60 agências bilaterais e multilaterais. Em 2014, a ODA representou 25% do orçamento nacional ou 13% do GDP. Os EUA (18,8% da ODA) e o Banco Mundial (15,1%) foram, de longe, os maiores doadores, seguidos pela União Europeia e pela UKAID. A Suíça (2%) figurou no segmento intermédio de contribuições de doadores, tendo canalizado cerca de 60% da sua ODA através

do sistema público, durante o período 2012–16. Várias NGO e instituições de pesquisa suíças marcam presença em Moçambique. Helvetas, Swiss Intercooperation e Swisscontact estão entre os principais parceiros de implementação da SDC.

É difícil prever o papel e a forma da ODA em Moçambique no futuro por vários motivos. Em primeiro lugar, os doadores da OECD mostram-se cautelosos devido a uma série de revelações relacionadas com má gestão dos fundos públicos, falta de transparência fiscal e escândalos de corrupção. Em segundo lugar, a influência dos doadores tradicionais está gradualmente a diminuir. É possível observar que a importância dos doadores não tradicionais, que investem na economia e em infra-estruturas e operam fora dos mecanismos de coordenação, está a ganhar relevância. Prevêem-se ainda rendimentos alternativos originados pelos recursos naturais.

Representada por uma embaixada integrada, a Suíça é reconhecida pelo seu papel de coordenação e líder de opinião, especialmente em matérias de descentralização, saúde e gestão de finanças públicas. Tanto as autoridades governamentais, como as organizações da sociedade civil consideram a Suíça como sendo um agente íntegro.

A cooperação Suíça com Moçambique continuará a enfatizar a redução da pobreza, em harmonia com os valores da política externa da Suíça e com o Despacho Federal para a Cooperação Internacional da Suíça 2017–2020. A assistência será orientada pela Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e enquadrada no Plano Quinquenal de Moçambique. Moçambique é um país prioritário da SDC. A SDC implementará um programa abrangente, formulado como parte da presente estratégia e no âmbito dos programas regionais e globais da SDC. A SECO prosseguirá com medidas complementares, incluindo o apoio a iniciativas globais implementadas por instituições financeiras internacionais.



3 Realizações e Lições Aprendidas 2012–2016

Uma avaliação da Estratégia da Cooperação Suíça 2012-16 concluiu que esta estava altamente alinhada com as prioridades e políticas do país e com as prioridades do Despacho Federal da Suíça. Concluiu, ainda, que o portfólio suíço demonstrava realizações relevantes em todas as áreas prioritárias. Paralelamente, destacou importantes ameaças à sustentabilidade, à deliberação pública e ao envolvimento da sociedade civil, identificou ainda um apoio político marcadamente frágil à descentralização, bem como graves limitações em termos de capacidades no sector público e na sociedade civil.

Principais Realizações Governação

- Participação feminina, superior à habitual, nos processos de tomada de decisão nos distritos e municípios apoiados pela Suíça
- Organizações moçambicanas da sociedade civil com mais influência
- Maior segurança em matéria de terras agrícolas
- Maior acesso a água potável na província de Cabo Delgado, com um aumento de 35% em 2011 para 60%
- Melhoria na eficiência e transparência na gestão das finanças públicas em todos os 153 distritos, conduzente a receitas fiscais mais elevadas.

Realizações em matérias de governação local

A Suíça apoiou o processo de descentralização e promoveu a prestação de contas aos níveis municipal e distrital nas áreas de administração pública, direito à terra e provisão de serviços de água e saneamento.

As iniciativas suíças de responsabilização social contribuíram para uma maior participação dos cidadãos na tomada de decisões. Os espaços participativos apoiados pela Suíça, aos níveis distrital e municipal, apresentaram uma maior participação feminina do que a média nacional. Para além disso, as mais prestigiadas organizações da sociedade civil moçambicana foram fortalecidas e apoiadas pela Suíça. O impacto e relevância destas organizações no diálogo de políticas sobre a transparência, a luta contra a corrupção, a gestão dos recursos naturais e da terra devem-se fortemente aos investimentos suíços nas capacidades institucionais das mesmas. Em todos os 153 distritos de Moçambique, o apoio suíço contribuiu para uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos disponíveis para a prestação de serviços. O facto de trabalhar não apenas os aspectos da oferta e da procura, mas actuar igualmente, de um modo mais específico na *interface* entre os dois, foi pertinente e levou a um acréscimo das receitas fiscais e a uma melhoria na prestação de serviços públicos.

Adicionalmente, a promoção da governação de terras, a delimitação de terras comunitárias e a titulação de terras aumentou a segurança em questões relacionadas com a terra para uma parte da população rural. Uma especial atenção aos direitos à terra e à equidade de género contribuiu para uma maior conscientização do público em relação às dificuldades específicas que as mulheres e raparigas enfrentam no acesso e uso da terra. A governação de terras ganhará ainda maior relevância no contexto de investimentos estrangeiros em terras agrícolas e na extracção de recursos naturais.



O apoio aos sistemas hídricos locais, inclusive através do Fundo Comum (CF) foi mais bem-sucedido do que o apoio ao sector de saneamento. Embora mais cidadãos da Província de Cabo Delgado tenham agora acesso a água potável (60% em 2015, contra 35% em 2011) e a propagação da cólera tenha sido travada, a cobertura de saneamento a nível nacional permanece baixa.

Realizações em matérias de desenvolvimento económico

No domínio do desenvolvimento económico, a Suíça realizou um trabalho pertinente e coerente a nível local e nacional.

No norte de Moçambique, onde, tipicamente, o sector privado tem sido bastante débil, a Suíça facilitou o desenvolvimento de cadeias de valor nas áreas da agricultura e horticultura que aumentaram a renda (em média 50% p.a.) de 18.000 pequenos agricultores pobres, um quarto dos quais mulheres, através do acesso a insumos e serviços de qualidade. Num esforço complementar, foi criada uma associação nacional multi-participativa para o sector de sementes. Na província de Nampula, a Suíça apoiou a criação de um dos primeiros bancos de micro-finanças regulamentados de pleno direito em Moçambique. Inaugurou, em Setembro de 2014, o Micro Banco de Moçambique – MBFM, que atendeu mais de 10.000 clientes de baixa renda, dos quais 90% eram mulheres. Este projecto pioneiro, porém desafiador, tem um enorme potencial para acelerar o desenvolvimento do sector privado local.

Principais Realizações Desenvolvimento económico

- Renda de mais de 18.000 pequenos agricultores no norte de Moçambique incrementada em média 50% p.a.
- Acesso ao microcrédito para mais de 10.000 clientes de baixa-renda, principalmente mulheres, na província de Nampula
- Autoridade Tributária Nacional duplicou as receitas fiscais nominais
- Sistemas de gestão de finanças públicas fortalecidos
- Alocação de mais fundos públicos a despesas de alta prioridade

Principais realizações Saúde

- Aumento da taxa de natalidade institucional na província de Cabo Delgado de 66% em 2010 para 76%
- Aumento na disponibilidade dos 15 medicamentos essenciais em Cabo Delgado, de 56% em 2011 para 60%

Ao nível macroeconómico, a contribuição da Suíça com vista ao desenvolvimento de capacidades da Autoridade Tributária Nacional conduziu a uma duplicação das receitas fiscais nominais desde 2011. O Apoio Geral ao Orçamento (GBS), aliado a assistência técnica, proporcionou à Suíça um importante ponto de entrada para o diálogo de políticas ao mais alto nível, contribuindo, nomeadamente, para o reforço dos sistemas de Gestão de Finanças Públicas (PFM). Em 2014, uma avaliação independente constatou que o GBS contribuiu para a estabilidade macroeconómica e para um aumento da despesa pública em matérias de elevada prioridade. Contudo, apesar de se verificar um maior acesso aos serviços públicos, até ao momento, este ainda não se traduziu numa redução significativa da pobreza.

Realizações em matérias de saúde

Uma importante conquista no sector da saúde é o aumento da taxa de natalidade institucional na província de Cabo Delgado de 66% em 2010 para 76%. Conquista essa que resulta também do apoio suíço a uma melhor gestão das finanças públicas no sistema de saúde. A disponibilidade dos 15 medicamentos essenciais em Cabo Delgado aumentou de 52% em 2011 para 60%, mas falhou a ambiciosa meta de 90%, devido a desafios relacionados com o sistema logístico dos medicamentos. Em contrapartida, verificou-se que o desempenho do Fundo Comum Sectorial e da abordagem global do sector da saúde em Moçambique ficaram aquém das expectativas em termos de peso financeiro, impacto na mudança sistémica global e prestação de contas. Isto levou os parceiros de desenvolvimento relevantes, incluindo a Suíça, a iniciarem revisões conjuntas deste mecanismo de ajuda específico.

Lições Aprendidas

A avaliação da Estratégia da Cooperação Suíça 2012-16 e o processo de consulta que conduziu à presente estratégia identificaram importantes lições.

De um modo global, o trabalho em matérias de saúde, desenvolvimento económico e governação local foi, e continua a ser, altamente relevante. O apoio e persistência da Suíça a longo prazo, especialmente à luz dos desafios políticos, as parcerias com instituições do Estado, comunidades locais e sociedade civil, assim como o seu *know-how* e conhecimentos técnicos foram fortemente valorizados. O trabalho que desenvolveu, paralelamente, ao nível nacional e nos distritos e municípios resultou numa transferência de conhecimentos e diálogo de políticas, de grande valor, ao nível central. A sua cuidadosa escolha e combinação de modalidades de apoio contribuíram fortemente para o alcance dos resultados almejados a nível nacional e local.

A presença da Suíça em Moçambique tem assumido maior relevância do que a sua contribuição, relativamente modesta, para a ODA. Conseguiu alavancar o seu apoio graças ao seu envolvimento em mecanismos de coordenação, apoio ao orçamento do estado (GBS) e a Fundos Comuns. Contudo, o recente escândalo da crise da dívida e a clara violação dos princípios subjacentes à prestação de apoio ao orçamento demonstraram, uma vez mais, a necessidade de uma conjuntura estável, de políticas macroeconómicas sólidas e de um mecanismo adequado de supervisão regulamentar.

Dada a dimensão de Moçambique, a imprevisibilidade da ODA global e a volátil situação política e económica, torna-se necessário que as actividades e os recursos da Suíça sigam uma orientação mais estratégica. Existe espaço para que a Suíça trabalhe mais nas causas subjacentes dos conflitos e das desigualdades, com vista a fortalecer a coesão social.



4 Implicações para a Estratégia da Cooperação Suíça 2017–2020

Moçambique enfrenta um período crítico de transição política, económica e social. O cenário mais provável é que as tensões entre a FRELIMO e a RENAMO persistam. As desigualdades estruturais continuarão elevadas, podendo mesmo aumentar. As condições de vida vão estagnar ou deteriorar-se ainda mais para a maioria da população. Por conseguinte, existem quatro factores que afectam significativamente o desenho da Estratégia da Cooperação Suíça 2017–2020: a evolução do cenário económico, o conflito entre os principais partidos políticos, o papel do governo e a população em rápido crescimento.

A considerável dimensão do país, as insuficientes capacidades institucionais, a insegurança no ambiente político e a mão-de-obra pouco qualificada constituirão um enorme desafio para o Governo de Moçambique responder efectivamente ao crescimento demográfico projectado e consequente aumento da procura por serviços públicos. Assim, são necessários esforços adicionais, sensíveis a conflitos, para fortalecer a boa governação, a descentralização e a responsabilidade social, assim como esforços dedicados à construção da paz e do Estado. Alicerçando-se na sua experiência, a embaixada da Suíça está pronta para desempenhar o papel de facilitador no conflito entre os partidos políticos, caso surja a oportunidade.

Uma força de trabalho jovem e dinâmica e uma melhor inclusão económica da mulher representam oportunidades para o desenvolvimento de uma base económica mais ampla e sólida. No entanto, para que se tire partido desse potencial e se reduza o desemprego, é impreterível que ocorram melhorias ao nível do ambiente de negócios, das oportunidades de emprego, do desenvolvimento de habilidades, do acesso a finanças e da produtividade. A agricultura apresenta-se como um sector ideal para a criação de benefícios generalizados e diminuir as disparidades, especialmente as desigualdades de género.

A boa governação continuará a ser uma área prioritária, permanecendo no âmago de todo o apoio suíço. O diálogo de políticas e a assistência técnica

para a descentralização, gestão dos recursos públicos e a responsabilidade social serão intensificados, com maior ênfase nas mudanças a nível local e para os grupos de população pobres e vulneráveis. O apoio ao empoderamento e à participação da sociedade civil nos processos políticos será reforçado e incluirá o sector privado.

A Suíça alocará, consideravelmente, mais recursos para a criação de emprego e aumento dos rendimentos no sector agrícola nas províncias do Norte. Para este propósito, dará maior prioridade a actividades de capacitação. Trabalhará, igualmente, no âmbito da resiliência dos pequenos agricultores e das SME às alterações climáticas, degradação ambiental e riscos naturais, contribuindo assim para uma melhor segu-



rança alimentar. Estando dependente do progresso na resposta e gestão da crise da dívida, a Suíça continuará a trabalhar com os parceiros a nível central, no sentido de melhorar a transparência na gestão das finanças públicas, incluindo a gestão das receitas domésticas, especialmente face aos desafios crescentes relacionados com a tributação da riqueza dos recursos naturais. Explorará, ainda, possibilidades de apoio à descentralização fiscal.

A cooperação da Suíça ao longo destes próximos anos, terá como objectivo melhorar a situação de saúde da população em crescimento, especialmente para mulheres e jovens das áreas rurais. Visando um maior impacto, o programa de saúde será implementado através de intervenções multisectoriais em saúde e saneamento. Através do Fundo Comum para o sector da saúde revisto, a Suíça continuará a colaborar no diálogo e na coordenação de políticas orientadas para resultados, centrando-se nos cuidados de saúde primários, na governação e na prestação de serviços descentralizados.

Com o intuito de maximizar o impacto e escala, a Suíça utilizará as lições aprendidas ao nível local para alimentar o diálogo de políticas nacional em todas as suas áreas de trabalho.

5 Prioridades e Objectivos



Objectivo geral

O objectivo geral da Estratégia da Cooperação Suíça-Moçambique 2017–2020 é contribuir para a redução da pobreza, construindo uma sociedade mais equitativa e facilitando o crescimento inclusivo.

As três prioridades do portfólio da Suíça são: (1) boa governação, contribuindo para um acesso e utilização equitativos, eficientes, transparentes e responsáveis dos recursos financeiros e naturais; (2) melhoria das oportunidades de mercado e renda, especialmente para jovens e mulheres, e gestão económica para

um crescimento inclusivo; e (3) melhores condições de saúde. O diálogo de políticas ao nível nacional e as intervenções descentralizadas contribuirão para um apoio reforçado à prestação de serviços nos distritos e municípios, com especial ênfase nas três províncias do norte, onde a Suíça já se encontra activa.

Governação

A Suíça contribuirá para a coesão e estabilidade nacionais, melhorando as capacidades de gestão dos recursos financeiros e naturais a nível nacional e local. Para tal, seguirá duas abordagens estreitamente interligadas, em parceria com outros agentes de desenvolvimento. Por um lado (*Resultado 1*):

› Fortalecerá as competências dos municípios e distritos na gestão das finanças públicas, com vista a garantir uma gestão eficiente e transparente dos recursos a nível local;

› Fortalecerá as capacidades organizacionais das CSO moçambicanas, com o intuito de melhorar a governação interna e a capacidade das mesmas para promover e defender uma gestão equitativa dos recursos;

› Colaborará com partes interessadas do sector privado no âmbito de processos diligências adequadas (*due diligence*) e promoverá um melhor entendimento em torno da gestão de negócios sensível a conflitos e da integridade de negócios.

Por outro lado (*Resultado 2*), a Suíça continuará a promover espaços inclusivos e eficientes para que actores governamentais e não-governamentais entrem em diálogo sobre a gestão e utilização transparente e responsável dos recursos. A Suíça dará continuidade ao seu apoio bem-sucedido no âmbito do acesso e utilização equitativos da terra. Este apoio será no sentido de reforçar as intervenções e os resultados na área dos rendimentos e do desenvolvimento económico.

A análise das realidades da mulher e dos jovens assegurará que as suas necessidades sejam melhor incluídas na planificação e implementação de programas, bem como no diálogo entre as várias partes interessadas. As pesquisas e análises também proporcionarão uma melhor compreensão das tensões e divisões intergrupais com potencial de conflito.

Governação – Resultado 1:

Gestão descentralizada, equitativa e transparente dos recursos por parte das instituições governamentais/ organizações da sociedade civil, bem como melhoria da integridade de negócios

Governação – Resultado 2:

Acesso a recursos e uso dos mesmos, de modo socialmente responsável, inclusivo e transparente, graças a um diálogo multilateral construtivo entre instituições governamentais/estatais, cidadãos/CSO e partes interessadas do sector privado

Governação

Acesso e uso mais justos, eficientes, transparentes e responsáveis dos recursos

Rendimento e Desenvolvimento Económico

A Suíça, através da SDC e da SECO, contribuirá para um crescimento inclusivo e uma transformação económica sustentável e equitativa. Para isso, expandirá consideravelmente o seu apoio no âmbito das oportunidades e serviços de mercado. (*Resultado 1*) Recorrendo a uma abordagem de desenvolvimento de sistemas de mercado, a Suíça melhorará a situação do emprego e o desenvolvimento de competências, a produtividade e a competitividade na agricultura; incluindo o acesso à terra, aos serviços financeiros, à

melhoria dos insumos agrícolas e à irrigação. Focar-se-á nas intervenções de desenvolvimento de habilidades agrícolas, educação financeira e outras áreas relevantes. Dada a sua particular vulnerabilidade, as intervenções beneficiarão os pequenos agricultores e mulheres no norte de Moçambique. Será também visada a resiliência dos agricultores confrontados com condições climáticas adversas e alterações climáticas.

Com vista a reforçar as sinergias entre os níveis micro e macroeconómico, a Suíça promoverá um ambiente macroeconómico sustentável e equilibrado (*Resultado 2*), com um forte enfoque na melhoria do ambiente de negócios e nas oportunidades de crescimento para as micro e pequenas empresas. A fim de sustentar os resultados de desenvolvimento anteriores e complementar o pilar da governação, manter-se-á o enfoque em reformas da gestão das finanças públicas, tanto a nível central como descentralizado. De um modo mais particular, estes esforços serão envidados no domínio da política e da administração fiscal com o intuito de apoiar a mobilização de receitas domésticas. Para além disso, a Suíça apoiará o trabalho de pesquisa económica e advocacia das CSO e instituições académicas em áreas críticas da gestão económica, com foco nos principais determinantes do crescimento inclusivo, tais como a gestão dos rendimentos gerados pelos recursos naturais.

Rendimento e Desenvolvimento Económico – Resultado 1: Pequenos agricultores, com especial destaque para as mulheres e outras SME, aumentam os seus rendimentos através da melhoria das oportunidades de mercado, do desenvolvimento de habilidades e do acesso aos serviços

Rendimento e Desenvolvimento Económico
Melhoria das oportunidades de mercado e da gestão económica para um crescimento inclusivo, de modo a que as pessoas beneficiem de forma equitativa de uma transformação económica sustentável.

Rendimento e Desenvolvimento Económico – Resultado 2: Os recursos públicos são mobilizados e geridos no sentido de uma prestação mais inclusiva e sustentada de serviços públicos e políticas económicas

Saúde

A Suíça está bem posicionada para fazer a diferença no sector de saúde. A nível nacional (*Resultado 1*), a Suíça conduzirá a finalização de um Memorando de Entendimento revisto entre os parceiros de desenvolvimento e o Ministério da Saúde, com o objectivo

de fortalecer o mecanismo de abordagem sectorial. Contribuirá activamente para o diálogo de políticas, defendendo um sistema nacional de saúde mais eficaz. Reforçará os esforços de descentralização através da promoção de sistemas descentralizados, que sejam capazes de prestar serviços de saúde básicos de qualidade, equitativos, eficientes e integrados e que respondam às necessidades da população.

A nível local (*Resultado 2*), a Suíça contribuirá para a melhoria da saúde da população vulnerável que habita em zonas rurais de Moçambique, apoiando a oferta e fomentando a procura. Este objectivo será alcançado através de uma nova abordagem multisectorial da saúde e dos seus determinantes (água e saneamento). Com vista a influenciar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde e de água e saneamento, a Suíça capacitará as comunidades das províncias do Norte – especialmente mulheres e jovens – para que conheçam os seus direitos e exijam prestação de contas.

Saúde – Resultado 1:
Os sistemas subnacionais prestam serviços de saúde mais equitativos, eficientes e integrados, incluindo WASH, serviços básicos de alta qualidade que respondam às necessidades da população vulnerável e desfavorecida.

Saúde
Melhoria da saúde das populações vulneráveis que vivem em zonas rurais de Moçambique

Saúde – Resultado 2:
As comunidades rurais das províncias do Norte são capazes de expressar as suas necessidades e direitos, e exigem prestação de contas por parte dos governos locais e dos provedores de serviços básicos.



Objectivos de Género

- A Suíça contribuirá para reduzir a diferença de género em Moçambique:
- Assegurando que são oferecidos serviços de água e saneamento de qualidade e serviços e cuidados relacionados com a saúde tanto a homens como mulheres, sem discriminação
- Aumentando o apoio no sentido de a mulher superar as dificuldades que enfrenta no acesso à terra, aos serviços financeiros e aos mercados
- Fortalecendo o acesso da mulher à informação e a voz da mulher e da rapariga nos processos de tomada de decisão formais e informais
- Assegurando que os processos de responsabilização social e os meios de comunicação social reflectam melhor as necessidades e preocupações da mulher

Temas transversais

As matérias relacionadas com governação e género serão fortalecidas enquanto temas transversais. Para além de programas direccionados dentro do domínio de governação, a boa governação será também uma característica fundamental nos domínios da saúde, renda e desenvolvimento económico. A transparência, a luta contra a corrupção, a responsabilidade social, bem como a descentralização (financeira) e a governação local terão destaque no âmbito da governação como tema transversal. Será realizada uma análise de género de cada área prioritária e serão incluídas questões-chave de género no sistema global de monitoria e de reporte.

Cultura

O Programa Cultural da Suíça em Moçambique encontra-se alinhado com a Estratégia da Suíça para a Cultura e o plano do governo de Moçambique para fortalecer a identidade e unidade nacional e promover o (auto) emprego. O Programa Cultural baseia-se no reconhecimento de que os valores, crenças, artes e práticas culturais são influências-chave nos processos de desenvolvimento político, económico e social e, de modo mais geral, vectores de dinamismo social. As artes e a cultura têm um papel no desenvolvimento. O programa visa envolver os jovens em actividades culturais, como forma de promover a sua auto-estima, confiança, senso de responsabilidade e iniciativa.

Devido à relevância e fortes repercussões negativas do HIV/SIDA em Moçambique, este continuará a ser o terceiro tema transversal. Será prestado apoio no âmbito da implementação da Estratégia da SADC para o HIV/SIDA, em estreita coordenação com o Programa Regional da SDC na África Austral, bem como com os programas globais e multilaterais da SDC.

Considerando os riscos e oportunidades do contexto de desenvolvimento, a Suíça recorrerá a uma abordagem sensível a conflitos e incluirá as mudanças climáticas e a redução do risco de desastres na sua agenda. Esta última, de um modo mais particular, no que se refere ao pilar do rendimento e do desenvolvimento económico.



6 Gestão e Implementação do Programa

Embaixada integrada da Suíça em Moçambique

A Suíça beneficia de uma posição privilegiada e credível em Moçambique graças a uma relação duradoura e de confiança. A Embaixada integrada está activa na arena política onde faz um uso eficiente e eficaz das oportunidades para elevar a coerência política, criar sinergias com a cooperação para o desenvolvimento internacional da Suíça e outras prioridades estrangeiras, bem como defender os interesses da Suíça. A Embaixada da Suíça também se envolve na esfera económica, onde promove os princípios de desenvolvimento económico justo. O interesse do sector privado suíço em realizar negócios em Moçambique, salvo algumas excepções, é modesto, porém crescente. Em 2013, a Embaixada apoiou a fundação da Rede de Negócios Suíça-Moçambique.

Modalidades de apoio e parcerias

A Suíça aplicará uma combinação de modalidades de apoio. Embora se continue a dar atenção ao diálogo de políticas a nível central, prevê-se que a necessidade de financiamento externo dos Fundos Comuns sectoriais diminua. Esta possível diminuição deve-se ao aumento previsto das receitas internas. A Suíça envidará mais esforços no fortalecimento das instituições governamentais locais. Intensificará igualmente o seu trabalho com as CSO ao nível local. Para além disso, criará espaços para o diálogo multi-participativo, com a presença de empresários. Para alcançar os seus objectivos, a Suíça coordenará e trabalhará com organizações nacionais e internacionais seleccionadas e parceiros suíços, por meio de grupos de trabalho formais relevantes para a estratégia e outros tipos de relações. Assumirá a liderança de grupos sectoriais nas áreas de intervenção prioritárias. Ampliará e procurará novas sinergias com organizações multilaterais e com iniciativas multilaterais, como o UNFPA, o P4H e o Mecanismo Mundial de Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR). Aumentará o nível de interacção e de colaboração com os programas globais da SDC para a segurança alimentar e a saúde e com o Programa da SDC para a Região da África Austral.

Orientação geográfica

Para além das actividades com alcance nacional, será mantido, e mesmo intensificado, o actual foco nas três províncias do Norte, designadamente Niassa, Nampula e Cabo Delgado. Dependendo da evolução da conjuntura, poder-se-á considerar a extensão de partes do programa a uma província do centro (Zambézia).

Recursos Humanos

A actual equipa da Embaixada é adequada para a gestão e implementação da Estratégia de Cooperação 2017–2020. Dar-se-á destaque a uma gestão eficaz em termos de custos, incluindo a opção de aumentar as responsabilidades do pessoal local e uma possível redução do número de expatriados. Um envolvimento activo no processo político poderá exigir recursos adicionais.

Orçamento

O orçamento indicativo total (excluindo despesas operacionais) para a Estratégia de Cooperação Quadrienal 2017–2020 ascende a cerca de 94 milhões de francos suíços. O orçamento da SDC, de 89 milhões de francos suíços, será repartido, quase equitativamente, entre os três pilares. A alocação no domínio da renda e do desenvolvimento económico será duplicada, com vista a uma ampliação das intervenções. O pilar da saúde, apesar da integração das intervenções de WASH, diminuirá, reflectindo a redução prevista da importância, em termos financeiros, do Fundo Comum do sector. As medidas complementares da SECO contribuirão para o pilar do rendimento e do desenvolvimento económico (cerca de 5 milhões de francos suíços). Moçambique irá, ainda, beneficiar de fundos suíços adicionais, isto é, através de programas globais e regionais da SDC, bem como de contribuições suíças para organizações/iniciativas internacionais e multilaterais e NGO suíças activas no país.



7 Direcção do Programa

os resultados (para o gabinete central da SDC e partes interessadas); e (3) aprendizagem contínua.

A monitoria da Estratégia de Cooperação é da responsabilidade do Gabinete da Cooperação Suíça (SCO). A implementação da Estratégia de Cooperação para Moçambique 2017–2020 será monitorada em quatro níveis diferentes:

- › Desenvolvimento do contexto mais amplo do país e contextos relevantes para cada sector numa base (bi-) anual, a fim de captar as mudanças de contexto com o instrumento MERV.
- › Alterações relevantes a nível dos objectivos nacionais: progresso realizado no alcance dos resultados esperados, tal como estipulados nos planos-quadro para Moçambique e noutras estratégias sectoriais nacionais.
- › Resultados do portfólio suíço por domínio de intervenção, a fim de fazer o acompanhamento das realizações nos diferentes domínios. Utilizando-se igualmente, para o efeito, Indicadores de Referência Agregados (ARI), os quais permitem que a SDC comunique as conquistas alcançadas em diferentes países.
- › Gestão do portfólio da Embaixada, com vista a verificar o desempenho em termos de aplicação das modalidades de apoio, cooperação com parceiros, alocação de recursos financeiros, género e outras dimensões de gestão.

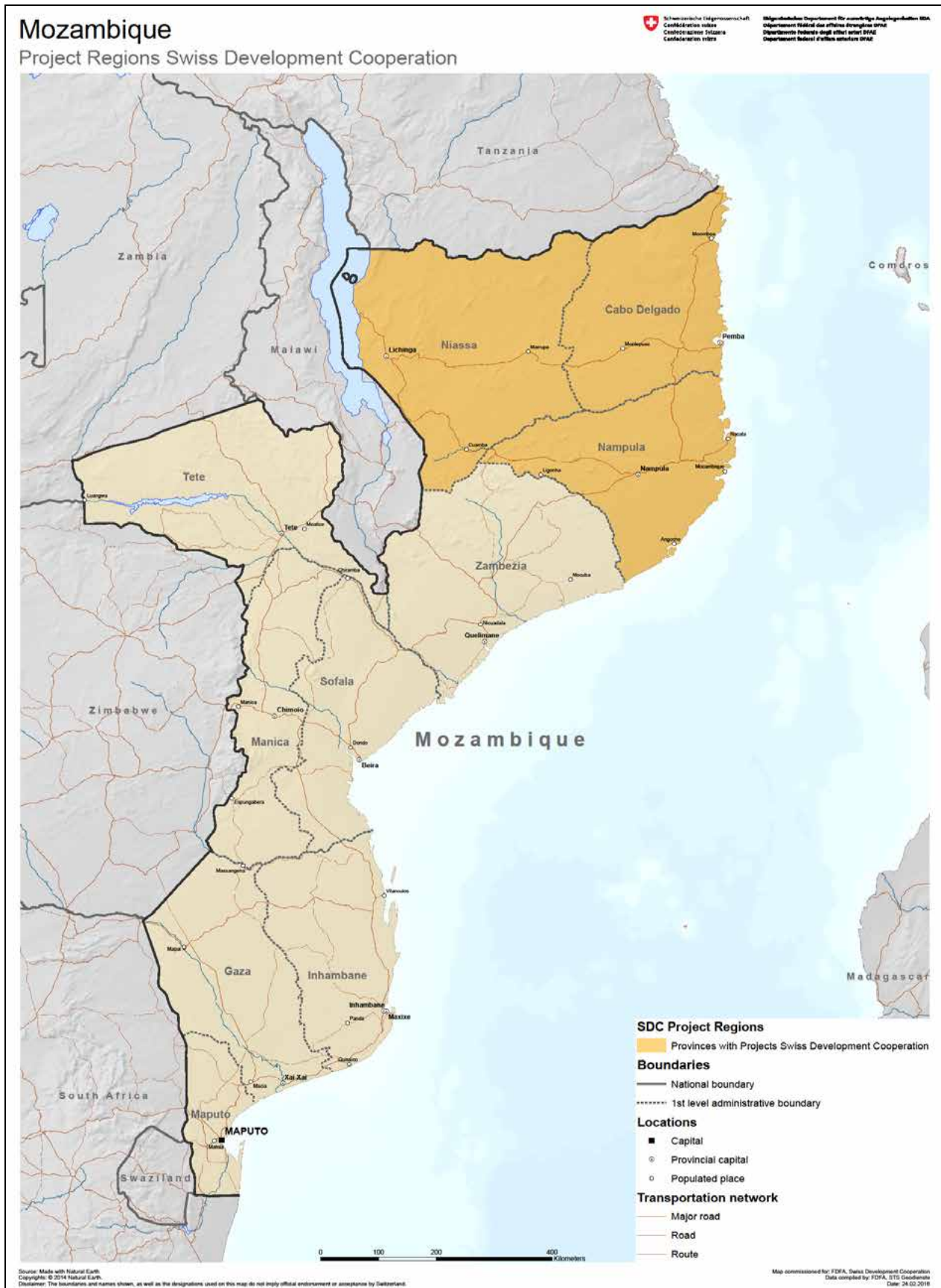
A Estratégia da Cooperação Suíça está sujeita a monitoria regular, com vista a fazer o acompanhamento da eficácia e relevância do portfólio de programas da Suíça e à tomada de decisão sobre medidas correctivas. Os quadros de resultados e o sistema de monitoria são construídos numa perspectiva de enfatizar os objectivos nacionais, enquanto as conquistas da Cooperação Suíça são entendidas como contribuição para o alcance desses resultados. Esta abordagem visa integrar as observações a nível do país e do portfólio da Suíça, bem como focar-se nos resultados práticos monitorizados ao nível de todas as operações.

A monitoria da Estratégia de Cooperação cumpre o triplo objectivo de (1) assegurar a pertinência, eficácia e eficiência do programa da Suíça; (2) determinar

Nível	Área Focal	Instrumento	Periodicidade
Contexto do país	› Contexto geral do país relevante para a Estratégia de Cooperação Suíça	› MERV › Relatório político, › Relatório económico › Relatório de recursos humanos	› Pelo menos anualmente: Setembro/Outubro › (Mais frequente se necessário)
Resultados no desenvolvimento do país	› Resultados no desenvolvimento nacional por domínio de intervenção › Mudanças globais de contexto relevantes para o programa suíço › Mudança de contexto de domínios específicos	› Relatório anual	› Todos os anos no Outono
Resultados do portfólio suíço	› Eficácia das intervenções na consecução dos objectivos (anuais) e na contribuição para os objectivos do país	› Relatório anual › Análises, avaliações e estudos de domínios e/ou programas	› Análise intercalar (Maio) › Análise anual (Outubro)
Gestão de portfólio	› Eficácia e eficiência do Gabinete da Cooperação Suíça no apoio aos programas, com vista a atingir os objectivos estipulados da estratégia de cooperação	› Relatório anual › Relatório de gestão do gabinete (OMR) › Relatórios financeiros / auditorias › Relatórios de ICS › Plano de Integração de Género – GEMP e SENAP (Género)	› Todos os anos no Outono



Anexo 1: Mapa de Moçambique



Anexo 2: Plano Financeiro em Francos Suíços

A tabela apresenta apenas as despesas de financiamento de projectos. As despesas operacionais não estão incluídas.

Domínio/ Exercício financeiro:	2017	2018	2019	2020	Total 2017-20	em %
Rendimento e Desenvolvimento Económico (SDC e SECO*)	5 750 000 1 250 000	7 000 000 1 250 000	7 500 000 1 250 000	8 000 000 1 250 000	28 250 000 <u>5 000 000*</u> 33 250 000	35%
Governança	7 000 000	7 000 000	7 500 000	8 000 000	29 500 000	31%
Saúde	8 000 000	7 500 000	7 000 000	6 500 000	29 000 000	31%
Outras intervenções						
<i>Programas culturais, pequenas acções, etc.</i>	750 000	500 000	500 000	500 000	2 250 000	3%
Alocação orçamental total indicativa da SDC	21 500 000	22 000 000	22 500 000	23 000 000	94 000 000	100%
Descrição geral dos fundos projectados por Gabinetes Federais da Suíça:						
Exercício financeiro:	2017	2018	2019	2020	Total 2017-20	em %
Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros FDFA-SDC	21 500 000	22 000 000	22 500 000	23 000 000	89 000 000	94,5%
SECO* (medidas complementares)					(aprox. 5m)	5,5%
Total de Fundos por Gabinetes Federais					94 000 000	100%

Para além dos fundos indicados na tabela, Moçambique beneficiará de financiamento adicional da Suíça, o qual será canalizado através de programas globais e regionais da SDC, bem como de contribuições da Suíça para organizações/iniciativas internacionais e multilaterais e NGO suíças activas no país.

Anexo 3: Quadro de resultados

1 Governação

Objectivo do domínio: Acesso e utilização mais equitativos, eficientes, transparentes e responsáveis dos recursos que contribuem para a coesão e estabilidade nacionais.	
Resultados do portfólio suíço	Contribuição do programa da Suíça
<p>Declaração de Resultados 1: Descentralização</p> <p>Gestão descentralizada, equitativa e transparente dos recursos por parte das instituições governamentais/organizações da sociedade civil, bem como maior integridade de negócios</p> <p><u>Governo Local</u></p> <p>1.1 % de aumento anual das receitas municipais provenientes dos recursos próprios do município em 26 municípios apoiados pela SDC</p> <p><u>Fonte:</u> Prodem (Relatório N-1)</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> 11 dos 26 municípios com menos de 5% de aumento anual</p> <p><u>Meta 2020:</u> pelo menos 21 dos 26 municípios com um aumento anual mínimo de 5%</p> <p>→ Referência ARI G02/SDG 16,17: Recursos orçamentais</p> <p><u>Sociedade Civil</u></p> <p>1.2 Número de organizações moçambicanas da sociedade civil apoiadas pela SDC com maior capacidade para promover uma gestão transparente e equitativa dos recursos humanos a nível nacional e em Cabo Delgado, Nampula e Niassa (nível de capacidade 3 ou mais de acordo com o conceito de capacitação de CSO da SDC).</p> <p><u>Fonte:</u> LGM, direitos de uso e aproveitamento da terra, SA na saúde, Wivanana, 0 de /10</p> <p><u>Linha de Base:</u> 0 de /10</p> <p><u>Meta:</u> 2020 8 de 10</p> <p>→ Referência ARI G03/SDG16,17: Fluxos financeiros ilícitos - capacidades</p> <p><u>Integridade de negócios</u></p> <p>1.3 Observação qualitativa da adesão a instrumentos de integridade de negócios por parte empresas e adopção dos mesmos (nível nacional e local) e melhorar a sua monitoria e reporte por parte das associações empresariais</p> <p><u>Fonte:</u> CIP, Transparência internacional, Confederação de Associações Económicas de Moçambique CTA, Embaixada da Suíça</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> Índice de integridade empresarial BICA: 25</p> <p><u>Meta 2020:</u> Índice de integridade empresarial BICA: 50 ou mais</p> <p><u>Gestão equitativa de recursos de género</u></p> <p>1.4 % de títulos de uso e aproveitamento da terra atribuídos ao programa de direito de uso e aproveitamento de terra da SDC em Cabo Delgado, Nampula e Niassa</p> <p><u>Fontes:</u> Programa de direito de uso e aproveitamento de terra</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> 40% de 450 delimitações/demarkações de terra atribuídas a mulheres</p> <p><u>Meta 2020:</u> 53% de 1800 delimitações/demarkações de terra atribuídas a mulheres</p>	
<p>Resultados no Desenvolvimento do País</p> <p>Resultado 1 no Desenvolvimento do País</p> <p>Gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do meio ambiente</p> <p>Consolidação do Estado de Direito democrático, boa governação e descentralização</p> <p><u>Governo Local</u></p> <p>1.1 N.º de municípios onde é utilizado o sistema harmonizado de gestão financeira municipal</p> <p><u>Fonte:</u> PIPED (DNDA - Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico)</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> 0</p> <p><u>Meta 2019:</u> 15</p> <p><u>Sociedade Civil</u></p> <p>1.2 Observação qualitativa do espaço para a sociedade civil e liberdade de imprensa a nível local e nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Liberdade de expressão e de opinião/liberdade de imprensa – Liberdade de associação/reunião pacífica – Não discriminação (com base no guia prático do OHCHR para o espaço das CSO) <p><u>Fontes:</u> Qualitativa: Relatórios de países das Nações Unidas (OHCHR), Organizações Não Governamentais Internacionais - Relatórios de INGO (<i>Human Rights Watch</i> - HRW)</p> <p>Quantitativa: freedomhouse.org / rst.org</p> <p>Freedom house: 44 / Reportes sem fronteiras: 85</p> <p>Qualitativa: Aumento do espaço para a sociedade civil</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> Quantitativa: Melhoria anual das classificações de liberdade de imprensa</p> <p><u>Meta 2020:</u></p> <p><u>Integridade de negócios</u></p> <p>1.3 Classificação e pontuação de Moçambique no Índice de Percepção de Corrupção (CPI) da Transparência Internacional</p> <p><u>Fontes:</u> Relatório de CPI da Transparência Internacional</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> Classificação 112 de 187 / Pontuação 30 de 100</p> <p><u>Meta:</u> Melhoria da Classificação e Melhoria Anual da Pontuação de CPI</p> <p><u>Políticas</u></p> <p>1.4 Observação qualitativa da melhoria de políticas e elaboração e implementação de planos de acção nas áreas temáticas de descentralização e gestão de recursos equitativa em matéria de género</p> <p><u>Fontes:</u> Plataforma de Governação, Grupo de Trabalho sobre Descentralização, Grupo de Trabalho sobre Género</p>	

<p>Declaração de Resultados 2: Responsabilidade Social</p> <p>Acesso a recursos e uso dos mesmos, de modo socialmente responsável, inclusivo e transparente, graças a um diálogo multilateral construtivo entre instituições governamentais/estatais, cidadãos/CSO e partes interessadas do sector privado</p> <p>Nível nacional</p> <p>2.1 Número e qualidade de conferências/diálogos/plataformas multilaterais sobre questões-chave de desenvolvimento para Moçambique apoiados/iniciados directamente pela Suíça.</p> <p>Fonte: SDC Maputo Linha de Base 2015: 1 por ano Meta 2020: no mínimo 2 por ano</p>	<p>– Melhoria da qualidade da participação dos cidadãos e aumento da qualidade e quantidade da troca de informações entre governo/estado, sector empresarial e cidadãos/CSO.</p> <p>– Aumento dos benefícios dos recursos naturais para as comunidades, graças ao envolvimento de múltiplos intervenientes no seu uso.</p> <p>– Diminuição das tensões graças a um diálogo construtivo entre todas as partes envolvidas a nível local e nacional.</p> <p>– Participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão a nível municipal, distrital e nacional mais eficaz e equitativa em termos de género e idade.</p> <p>– Gestão mais inclusiva, transparente e sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente.</p> <p>Pressupostos</p> <p>– O Governo implementa eficazmente a lei de acesso à informação a todos os níveis.</p> <p>– O governo continua a implementar políticas e estratégias relacionadas com a participação e o envolvimento da comunidade no uso de recursos naturais (audições públicas antes de investimentos, etc.).</p> <p>– As partes interessadas do sector privado reconhecem que o envolvimento com as comunidades aumenta os seus benefícios.</p> <p>– Comunidades interessadas em colaborar com o sector empresarial.</p> <p>– Melhoria dos espaços participativos existentes e abertura ao diálogo e debate a todos os níveis (conselhos consultivos, observatórios de desenvolvimento, audições públicas, etc.).</p> <p>– As comunidades continuam a reconhecer o valor acrescentado dos espaços participativos e o diálogo entre as múltiplas partes interessadas.</p> <p>Riscos</p> <p>– Ausência de solução política para as tensões entre a RENAMO e o governo e continua escalada de conflitos armados limitam a confiança das partes interessadas num diálogo eficaz, independente e transparente entre as várias partes interessadas.</p> <p>– Fadiga de participação dos cidadãos ou das CSO no diálogo entre as diversas partes interessadas devido à falta de respostas ou resultados concretos.</p> <p>– Status quo sobre (separação de estado e partido?) o governo.</p> <p>– Maior redução dos preços das matérias-primas.</p> <p>– A interferência política e a cooptação de espaços de diálogo compromete a credibilidade e a possibilidade de expressar opiniões diferentes.</p> <p>– A descentralização é uma das questões incitadoras do conflito entre os partidos políticos.</p>	<p>Resultado 2 no Desenvolvimento do País</p> <p>Gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do meio ambiente</p> <p>Garantir a participação efectiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento distrital e municipal</p> <p>Nível nacional:</p> <p>2.1 % de pedidos de acesso à informação pelos cidadãos que receberam resposta positiva e dentro do prazo estabelecido pela lei</p> <p>Fonte: QAD Linha de Base 2016: 30% Meta 2018: 45%</p> <p>Nível municipal (Espaços urbanos)</p> <p>2.2 Número de municípios com orçamentos e relatórios de despesas publicados (26 municípios do norte)</p> <p>Fonte: Prodem (Relatório N-1) a determinar Linha de Base 2015: Cada município publica pelo menos uma vez Meta 2020:</p> <p>Distrito/Províncias (Zonas rurais)</p> <p>2.3 Número de planos provinciais e urbanos sobre aproveitamento e uso da terra elaborados e implementados</p> <p>Fonte: PQG (MITADER) Linha de Base 2014: Províncias: 4 / Municípios: 30 Meta 2019: Províncias 10 / Municípios: 53</p> <p>Políticas</p> <p>2.4 Observação qualitativa sobre a melhoria de políticas para a participação dos cidadãos e a gestão inclusiva dos recursos, com enfoque em políticas que facilitem a participação, acesso e uso de recursos por parte das mulheres</p>
<p>Referência ARI GO1/SDG16: Participação do cidadão</p> <p>Distrito/Províncias (Zonas rurais)</p> <p>2.3 Número de comunidades em Cabo Delgado, Nampula e Niassa que beneficiam de receitas fiscais estabelecidas por lei (20%) sobre a exploração florestal e da fauna (Governo-Comunidade) e número de comunidades em Cabo Delgado, Nampula e Niassa apoiadas na negociação com partes interessadas do sector privado (Sector Comunidade-Privado).</p> <p>Fonte: Programa de Responsabilidade Social do Município - Muni-Sam/Prodem Linha de Base 2015: 6 de 26 Meta 2020: 21 de 26</p>	<p>– O Governo implementa eficazmente a lei de acesso à informação a todos os níveis.</p> <p>– O governo continua a implementar políticas e estratégias relacionadas com a participação e o envolvimento da comunidade no uso de recursos naturais (audições públicas antes de investimentos, etc.).</p> <p>– As partes interessadas do sector privado reconhecem que o envolvimento com as comunidades aumenta os seus benefícios.</p> <p>– Comunidades interessadas em colaborar com o sector empresarial.</p> <p>– Melhoria dos espaços participativos existentes e abertura ao diálogo e debate a todos os níveis (conselhos consultivos, observatórios de desenvolvimento, audições públicas, etc.).</p> <p>– As comunidades continuam a reconhecer o valor acrescentado dos espaços participativos e o diálogo entre as múltiplas partes interessadas.</p> <p>Riscos</p> <p>– Ausência de solução política para as tensões entre a RENAMO e o governo e continua escalada de conflitos armados limitam a confiança das partes interessadas num diálogo eficaz, independente e transparente entre as várias partes interessadas.</p> <p>– Fadiga de participação dos cidadãos ou das CSO no diálogo entre as diversas partes interessadas devido à falta de respostas ou resultados concretos.</p> <p>– Status quo sobre (separação de estado e partido?) o governo.</p> <p>– Maior redução dos preços das matérias-primas.</p> <p>– A interferência política e a cooptação de espaços de diálogo compromete a credibilidade e a possibilidade de expressar opiniões diferentes.</p> <p>– A descentralização é uma das questões incitadoras do conflito entre os partidos políticos.</p>	<p>Resultado 2 no Desenvolvimento do País</p> <p>Gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do meio ambiente</p> <p>Garantir a participação efectiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento distrital e municipal</p> <p>Nível nacional:</p> <p>2.1 % de pedidos de acesso à informação pelos cidadãos que receberam resposta positiva e dentro do prazo estabelecido pela lei</p> <p>Fonte: QAD Linha de Base 2016: 30% Meta 2018: 45%</p> <p>Nível municipal (Espaços urbanos)</p> <p>2.2 Número de municípios com orçamentos e relatórios de despesas publicados (26 municípios do norte)</p> <p>Fonte: Prodem (Relatório N-1) a determinar Linha de Base 2015: Cada município publica pelo menos uma vez Meta 2020:</p> <p>Distrito/Províncias (Zonas rurais)</p> <p>2.3 Número de planos provinciais e urbanos sobre aproveitamento e uso da terra elaborados e implementados</p> <p>Fonte: PQG (MITADER) Linha de Base 2014: Províncias: 4 / Municípios: 30 Meta 2019: Províncias 10 / Municípios: 53</p> <p>Políticas</p> <p>2.4 Observação qualitativa sobre a melhoria de políticas para a participação dos cidadãos e a gestão inclusiva dos recursos, com enfoque em políticas que facilitem a participação, acesso e uso de recursos por parte das mulheres</p>
<p>Género</p> <p>2.4 Qualitativo: Observação da eficácia da participação da mulher e da igualdade de oportunidades de liderança a todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública em Cabo Delgado, Nampula e Niassa.</p> <p>Quantitativo: Número de CSO moçambicanas apoiadas, com políticas/plano de acção de género em fase de implementação</p> <p>Fontes: LGMI, direitos de uso e aproveitamento de terra. Wivanana Linha de Base 2015: 2 de 10 com política de género / 0 em fase de implementação Meta 2020: 10 de 10 com política de género em fase de implementação</p>	<p>– O Governo implementa eficazmente a lei de acesso à informação a todos os níveis.</p> <p>– O governo continua a implementar políticas e estratégias relacionadas com a participação e o envolvimento da comunidade no uso de recursos naturais (audições públicas antes de investimentos, etc.).</p> <p>– As partes interessadas do sector privado reconhecem que o envolvimento com as comunidades aumenta os seus benefícios.</p> <p>– Comunidades interessadas em colaborar com o sector empresarial.</p> <p>– Melhoria dos espaços participativos existentes e abertura ao diálogo e debate a todos os níveis (conselhos consultivos, observatórios de desenvolvimento, audições públicas, etc.).</p> <p>– As comunidades continuam a reconhecer o valor acrescentado dos espaços participativos e o diálogo entre as múltiplas partes interessadas.</p> <p>Riscos</p> <p>– Ausência de solução política para as tensões entre a RENAMO e o governo e continua escalada de conflitos armados limitam a confiança das partes interessadas num diálogo eficaz, independente e transparente entre as várias partes interessadas.</p> <p>– Fadiga de participação dos cidadãos ou das CSO no diálogo entre as diversas partes interessadas devido à falta de respostas ou resultados concretos.</p> <p>– Status quo sobre (separação de estado e partido?) o governo.</p> <p>– Maior redução dos preços das matérias-primas.</p> <p>– A interferência política e a cooptação de espaços de diálogo compromete a credibilidade e a possibilidade de expressar opiniões diferentes.</p> <p>– A descentralização é uma das questões incitadoras do conflito entre os partidos políticos.</p>	<p>Resultado 2 no Desenvolvimento do País</p> <p>Gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do meio ambiente</p> <p>Garantir a participação efectiva dos cidadãos nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento distrital e municipal</p> <p>Nível nacional:</p> <p>2.1 % de pedidos de acesso à informação pelos cidadãos que receberam resposta positiva e dentro do prazo estabelecido pela lei</p> <p>Fonte: QAD Linha de Base 2016: 30% Meta 2018: 45%</p> <p>Nível municipal (Espaços urbanos)</p> <p>2.2 Número de municípios com orçamentos e relatórios de despesas publicados (26 municípios do norte)</p> <p>Fonte: Prodem (Relatório N-1) a determinar Linha de Base 2015: Cada município publica pelo menos uma vez Meta 2020:</p> <p>Distrito/Províncias (Zonas rurais)</p> <p>2.3 Número de planos provinciais e urbanos sobre aproveitamento e uso da terra elaborados e implementados</p> <p>Fonte: PQG (MITADER) Linha de Base 2014: Províncias: 4 / Municípios: 30 Meta 2019: Províncias 10 / Municípios: 53</p> <p>Políticas</p> <p>2.4 Observação qualitativa sobre a melhoria de políticas para a participação dos cidadãos e a gestão inclusiva dos recursos, com enfoque em políticas que facilitem a participação, acesso e uso de recursos por parte das mulheres</p>

(4) Linhas de intervenção (Programa da Suíça)

Ref. Resultado 1:

Nível nacional:

- Diálogo sistemático de políticas: como líder do grupo de trabalho de descentralização, a SDC organiza pelo menos 4 reuniões anuais do grupo, com a participação de todos os intervenientes governamentais relevantes e doadores envolvidos em programas de descentralização, a fim de partilhar conhecimentos sobre as intervenções a nível local e possíveis adaptações das políticas nacionais e políticas em matéria de descentralização.
- 2 reuniões anuais do grupo de execução dos programas de desenvolvimento municipal presididos pelo Ministério da Administração Pública e com a participação de todas as partes interessadas nacionais e locais, onde são discutidos os progressos do programa, das políticas e da política no âmbito da descentralização a nível municipal.
- A SDC presta aconselhamento técnico à comissão mista nas negociações de paz sobre possíveis acordos e reformas em matéria de descentralização.

Governo Local:

- Zonas urbanas/municípios: aumentar a capacidade de gestão financeira pública de 26 municípios do centro e norte de Moçambique através da capacitação das unidades municipais de aquisições em 26 municípios e introdução de um sistema simplificado de gestão financeira combinado com subvenções municipais para investimentos de pequena e média dimensão.
- Zonas rurais/distritos/províncias: promover a implementação contínua do sistema de monitoria do desempenho distrital (Monitoria do Desenvolvimento Distrital - Smodd), implementação da estratégia e política nacional de descentralização e respectivo plano de acção (PIPED) e apoiar a elaboração de um programa nacional para o desenvolvimento distrital.

Sociedade Civil:

- Contribuição central para os planos estratégicos de 8 CSO moçambicanas a nível nacional e 2 a nível provincial que trabalhem nas áreas temáticas de gestão de recursos naturais e terras, equidade de género, transparência e anticorrupção, Gestão de Recursos Públicos.
- Assistência técnica aos parceiros moçambicanos das CSO na elaboração, aplicação e monitoria dos seus planos de desenvolvimento institucional, incluindo a capacitação específica em matéria de igualdade de género, CSPM e análise de riscos.

Integridade de Negócios:

- Promover a adesão crescente a instrumentos de integridade de negócios e a adopção dos mesmos por parte das empresas, assim como melhorar a sua monitoria e reporte por parte das empresas.
- Análise contínua de condutores, limitações, actores, oportunidades, incentivos e riscos para a integridade de negócios em Moçambique.

Género:

- Promover a igualdade de acesso de uso e aproveitamento da terra para a mulher
- Reuniões de advocacia com ligas da mulher, mulheres líderes, mulheres parlamentares e rede de mulheres presidentes de municípios
- Mesas redondas sobre liderança, participação política e poder.

Ref. Resultado 2

Nível nacional:

- Promover, financiar e participar activamente na organização de conferências e debates sobre questões-chave de desenvolvimento para o país (luta contra a corrupção, descentralização, transparência, reassentamento, recursos naturais, etc.).

Nível municipal:

- Criar, formar e institucionalizar os comités municipais de monitoria da responsabilidade social (SamComs) em 26 municípios do Centro e Norte de Moçambique.
- Apoiar a preparação e organização de auditorias públicas para facilitar o debate participativo sobre os planos de orçamentos municipais e a sua implementação em 26 municípios.

Distrito/províncias:

- Capacitação de técnicos jurídicos ao nível comunitário para assegurar a organização da consulta comunitária sobre a terra e os recursos naturais de acordo com a lei.
- Capacitação das administrações distritais sobre o enquadramento jurídico da terra, reassentamento e acompanhamento social da delimitação de terras comunitárias.
- Educação cívica e fortalecimento de espaços locais para um diálogo multilateral pacífico.
- Pesquisa e debate sobre o impacto e o potencial de conflito de empresas, indústrias extractivas e reassentamento.

Género:

- Formação específica para mulheres em posições de liderança, participação política e monitoria das políticas públicas a nível local, a fim de aumentar a participação efectiva e a igualdade de oportunidades de liderança a todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública.
- Documentar e reproduzir as boas práticas de diálogo entre as instituições do governo local (Serviços Distritais de Actividades Económicas - SDAE) e as associações de mulheres em processos de tomada de decisão.
- Documentar e visualizar as histórias de sucesso de mulheres na liderança da luta pela melhoria da vida das mulheres ao nível local.
- Mesas redondas com mulheres sobre liderança, participação política e poder.

(5) Recursos, parcerias (Programa da Suíça)

Orçamento global do domínio: 29,5 milhões de Francos Suíços

Parcerias com:

Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional -DANIDA, Irlanda, Suécia, Finlândia, Educação para o Desenvolvimento - IBIS, CIP, Instituto de Estudos Económicos e Sociais - IESE, OMR, Centro de Terra Viva (CTV), Fórum Mulher, Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil - MASC, ITC, Ministério da Administração Estatal e da Função Pública - MAEFP, Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural - MITADER, , Ministério da Economia e Finanças - MEF, 26 Municípios (centro-norte), Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANNAM), Governos Provinciais.

Modalidades:

- Abordagem centrada nas pessoas, orientada para a equidade e baseada nos direitos.
- Abordagem multinível/sistémica (municípios, distritos/províncias e nível nacional).
- Foco no uso descentralizado e socialmente responsável dos recursos.
- Não Provocar Dano (Do no harm), CSPM, e trabalhar na resolução de conflitos.
- Trabalho em parceria com outros agentes de desenvolvimento a nível local e central.
- Co-financiamento de programas governamentais e financiamento de base de CSO.
- Foco em CSO moçambicanas

(6) Resultados de Gestão/Desempenho, incluindo indicadores (Programa da Suíça)

- Trabalhar através de um Fundo Comum ou de uma modalidade de fundos partilhados, com o intuito de mitigar os riscos políticos relacionados com alguns programas, bem como aumentar o custo-benefício graças a uma abordagem coordenada de vários doadores com o mesmo objectivo
- Assegurar uma gestão interna adequada e contínua de conhecimentos nas áreas-chave de intervenção, a fim de que o domínio de governação da SDC continue a ser considerado como fonte de especialistas da comunidade de doadores e conselheiros do governo bem acolhidos a todos os níveis.
- Como líder do grupo de trabalho de descentralização, a SDC está apta a melhorar a eficiência da coordenação e do diálogo dos doadores sobre este tema sensível e a aumentar a eficiência dos ministérios parceiros.
- Os programas de descentralização (Desenvolvimento Municipal) serão escalados para um programa nacional de descentralização, considerando as lições aprendidas e os conhecimentos adquiridos com a vasta experiência e a colaboração nessa área.
- Continuar a desenvolver a abordagem sistémica da SDC para capacitação da sociedade civil, como abordagem inovadora em Moçambique e partilha proactiva das lições aprendidas e experiência com os principais programas de fortalecimento da sociedade civil de outros doadores (EU, DFID, USAID, AGIR, etc.).
- Desenvolver abordagens inovadoras à integridade de negócios e gestão de terras e de recursos naturais sensível a conflitos e correlações entre as mesmas.
- Continuar a desenvolver sinergias entre as intervenções da SDC na área da gestão de terras e as intervenções do sector privado na agricultura e no agronegócio (INOVAGRO).
- Continuar a desenvolver sinergias com a Divisão de Segurança Humana (HSD), o conselho de governação regional e a rede temática da SDC sobre conflitos e direitos humanos para as intervenções da SDC e trabalho relacionado com coesão nacional e social, conflito e estabilidade.
- Fortalecer a coerência e as sinergias com o domínio do desenvolvimento económico; e com a Embaixada no que respeita à integridade de negócios e coerência das políticas.
- Intercâmbio regular sobre boas práticas e lições aprendidas com as redes temáticas da SDC sobre género, democratização, descentralização, conflitos e direitos humanos.
- Consequente aplicação e integração de CSPM na implementação de programas como modalidade de trabalho.

2 Rendimento e Desenvolvimento Económico (R&DE)

Objectivo geral do domínio: Melhorar as oportunidades de mercado e da gestão económica para um crescimento inclusivo, de modo a que as pessoas beneficiem de forma equitativa de uma transformação económica sustentável (SDG 8).

1) Resultados do Portfólio Suíço	2) Contribuição do Programa da Suíça	3) Resultados no Desenvolvimento do País
<p>Resultado 1: Emprego e Rendimento</p> <p>Pequenos agricultores, com especial destaque para as mulheres e outras SME, aumentam os seus rendimentos através da melhoria das oportunidades de mercado, do desenvolvimento de habilidades e do acesso aos serviços</p> <p>1.1 Aumento do rendimento líquido³ (milhões de MZN) para 25 mil famílias de pequenos agricultores (desagregados por sexo) e SMEs no norte de Moçambique e apoiadas pela SDC.</p> <p>Fonte: INOVAGRO, HortiSempre e SME⁴</p> <p>Linha de Base 2016: 0</p> <p>Meta 2020: 140 milhões de MZN</p> <p>→ Referência ARI E1/SDG8: Rendimento</p> <p>1.2 Número de homens, mulheres e SMEs que obtiveram acesso a serviços financeiros formais ou informais prestados ou facilitados por instituições / projectos apoiados pela SDC no norte de Moçambique.</p> <p>Fonte: MBFM e INOVAGRO</p> <p>Linha de Base 2016: 8 000</p> <p>Meta 2020: 20 000</p> <p>→ Referência ARI E2/SDG8: Inclusão financeira</p>	<p>A Suíça contribui na:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Melhoria dos factores de produção (por exemplo, protecção da terra, acesso e utilização de sementes melhoradas, irrigação e acesso a serviços financeiros, bem como gestão dos riscos relacionados com o clima) que agilizaram a transição agrícola, aumentaram a produtividade e, consequentemente, o rendimento e segurança alimentar dos camponeses; – Melhoria do quadro regulamentar (por exemplo, regulamentos relativos a TVET, melhores regras e regulamentos para os mercados rurais, regulamentação e serviços para o sector de sementes, propriedade segura da terra) e facilitação de alterações sistémicas que apoiem a inclusão dos pobres no sistema de mercado. <p>Pressupostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – O governo de Moçambique reconhece o importante papel do sector privado no desenvolvimento agrícola e na redução da pobreza. – O sector privado existe e está disposto a apoiar os pequenos agricultores através de uma abordagem de Desenvolvimento de Sistemas de Mercado. – A infra-estrutura é boa o suficiente para que o sector privado alcance os benefícios. – O Banco Central de Moçambique melhora o quadro regulamentar relativo à inclusão financeira. – A legislação nacional sobre a TVET é implementada e o governo empenha-se proactivamente na promoção da formação profissional. – Os beneficiários adoptam a abordagem de desenvolvimento de sistemas de mercado. <p>Riscos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Conflitos de interesse por parte de órgãos e funcionários públicos. – Governo favorece grandes investimentos comerciais que não são inclusivos e privam os pequenos agricultores das suas terras. – Os riscos relacionados com o clima afectam negativamente a produção no norte de Moçambique. – As tensões políticas desencorajam o investimento do sector privado nas zonas rurais. – Aumento da violência contra a mulher devido ao aumento dos rendimentos, que desafiam a masculinidade e o papel subordinado da mulher. – Desafios na implementação do desenvolvimento de competências à luz da legislação, ambiente empresarial e baixa taxa de emprego vigentes. 	<p>3) Resultados no Desenvolvimento do País</p> <p>Resultado 1:</p> <p>O emprego é promovido; são melhoradas a produtividade e a competitividade, com ênfase na agricultura (prioridade 3 do PQG)</p> <p>1.1 Percentagem de agricultores assistidos pela extensão utilizando novas tecnologias agrícolas (agricultura de conservação, tracção animal, sementes melhoradas e fertilizantes).</p> <p>Fonte: PQG/PES</p> <p>Linha de Base 2014: 17%</p> <p>Meta 2019: não finalizada</p> <p>1.2 Proporção de população adulta com acesso físico ou electrónico a serviços financeiros⁵ prestados por uma instituição financeira formal.</p> <p>Fonte: Banco de Moçambique – Estratégia Nacional para Inclusão Financeira BDM ENIF 2016-22 ou MITADER</p> <p>Linha de Base 2015: 14.5% da população adulta</p> <p>Meta 2022: 40% da população adulta</p>

³ Rendimentos adicionais resultantes da intervenção

⁴ SMEs apoiadas pelo financiamento de MBFM ou Iniciativa de Desenvolvimento de Competências. Foco nas áreas rurais onde os projectos operam.

⁵ Inclui todos os serviços financeiros prestados por instituições financeiras formais em Moçambique.

<p>Resultado 2: Os recursos públicos são mobilizados e geridos no sentido de uma prestação mais inclusiva e sustentada de serviços públicos e políticas económicas</p> <p>2.1 Aumento da capacidade de arrecadação de receitas internas, através da melhoria da capacidade de administração da AT, medida pelo aumento da pontuação global no TADAT (Instrumento de Avaliação e Diagnóstico da Administração Tributária)</p> <p><u>Fontes:</u> i) Relatórios anuais da Autoridade Tributária (AT) sobre gestão de receitas; ii) Relatórios de monitoria da AT e TADAT sobre indicadores - melhoria dos serviços dos contribuintes para um ambiente de negócios amigável (redução dos custos de conformidade fiscal); iii) TA e relatório do IMF-TA sobre a capacidade melhorada da unidade de indústrias extrativas.</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> Classificações de desempenho – A-1, B-4, C-10, B-11</p> <p><u>Meta 2020:</u> Classificações de desempenho: Redução significativa de classificações C, D</p> <p>(Avaliação qualitativa anual do progresso em áreas fulcrais com classificações mais baixas de desempenho)</p>	<p>A Suíça contribui para:</p> <ul style="list-style-type: none"> O fortalecimento da mobilização de recursos internos que maximizem o potencial e sejam coerentes com o objectivo de melhoria do ambiente de negócios e promoção do crescimento; Despesa pública eficiente e transparente, com especial ênfase nos gastos de investimento como condição necessária para evitar a má-digitação dos recursos e gerar retornos de desenvolvimento; Crescimento inclusivo através da transformação económica para uma economia mais diversificada e produtiva, incluindo o sector da indústria extractiva; Fortalecimento da capacidade de PFM a nível nacional e sub-nacional; Maior capacidade de análise económica crucial para uma sólida gestão macroeconómica e formulação de políticas <p><u>Pressupostos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> O governo continua aberto às reformas de PFM e a uma maior prestação de contas para uma provisão mais eficiente de serviços públicos. O diálogo de políticas sobre as principais reformas de PFM pode efectivamente influenciar de forma significativa a melhoria da gestão. A assistência técnica em áreas-chave de PFM e gestão de receitas é solicitada pelas instituições parceiras e contribui para o reforço da capacidade institucional. <p><u>Riscos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> O GoM não está disposto a mudar as políticas e processos económicos relacionados com a PFM e uma alocação de recursos públicos mais transparente. Os casos de corrupção são ignorados e o foco na transparência e a boa governação não fazem parte das reformas contínuas de PFM. Espaço de diálogo de políticas com acesso limitado para as CSO e instituições académicas. Não há vontade política para reformas significativas de descentralização fiscal. 	<p>Resultado 2: É promovido um ambiente macroeconómico sustentável e equilibrado (pilar 2 do PQG)</p> <p>2.1 Prioridades do PQG:</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhor coordenação na gestão das políticas fiscais e monetárias, com vista a assegurar os objectivos de crescimento económico e estabilidade macroeconómica Assegurar a afectação de recursos ao orçamento de acordo com as prioridades de desenvolvimento (social e económico) e o aumento do investimento público, assegurando uma gestão eficaz, através do aperfeiçoamento dos critérios de selecção para a eficiência Maior transparência fiscal e gestão da dívida Proceder à descentralização fiscal <p><u>Fonte:</u> PQG- Relatórios anuais de implementação do PES</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> Resumo qualitativo sobre alocação de recursos públicos e PFM</p> <p><u>Meta 2019:</u> Melhoria dos resultados com base na avaliação qualitativa</p> <p>2.2 Aumento sustentado da mobilização das receitas internas:</p> <ul style="list-style-type: none"> % do rácio fiscal % Contribuição das indústrias extractivas para a base tributária e receitas arrecadadas (crescentes) <p><u>Fonte:</u> Relatórios anuais de implementação do PES e da AT</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> Rácio fiscal 26.1% (global); 25.2% (Exceptuando Indústrias Extractivas)</p> <p><u>Meta 2019:</u> rácio fiscal 27% (global); a determinar para Indústrias Extractivas</p> <p>2.3 Níveis reduzidos de incidência da pobreza (PQG e matriz estratégica global)</p> <p><u>Fonte:</u> Resultados do inquérito às famílias e dados de avaliação da pobreza</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> Os resultados da Incidência da Pobreza serão publicados em Outubro/2016</p> <p><u>Meta 2020:</u> Reduzir a partir do nível de incidência de 2015</p> <p>2.4 Aumento do GDP per capita, taxas de crescimento real e composição sectorial: foco na agricultura e nos sectores de mão-de-obra intensiva</p> <p><u>Fonte:</u> Relatórios de País do IMF; Dados nacionais do INE, relatórios anuais do PES.</p> <p><u>Linha de Base 2015:</u> GDP per capita 544 USD (IMF); Crescimento Real do GDP 6.6%; Agricultura 3.1% (INE)</p> <p><u>Meta 2020:</u> GDP per capita 722 (IMF); Crescimento Real a determinar (acréscimo em relação a 2015)</p>
--	---	---

<p>(4) Linhas de intervenção (Programa da Suíça)</p> <ul style="list-style-type: none"> – Aumento do rendimento anual de culturas específicas (kg/ha), através do desenvolvimento de ligações de mercado entre os agricultores (desagregados por sexo) e os actores do sector privado (abordagem de MSD) - * ARI FS4 (Resultado 1). – Apoiar o sector de sementes, tanto a nível distrital como nacional (com o envolvimento de partes interessadas privadas e públicas), a fim de assegurar maior disponibilidade e acesso a sementes para os pequenos agricultores (Resultado 1). – Melhorar o acesso a serviços financeiros para clientes excluídos do mercado formal no norte de Moçambique, através do apoio a instituições financeiras, grupos de poupança ao nível de projectos, produtos financeiros inovadores e trabalho de políticas que, a determinada altura, fomentem o desenvolvimento de instituições financeiras nas zonas rurais (Resultado 1). – Melhorar a resiliência da agricultura à variabilidade climática, apoiando as boas práticas de Gestão de Risco de Desastres e gestão de sistemas agrícolas (Resultado 1). – Contribuir para a formação de jovens, com especial incidência na mulher, para que adquiram as competências básicas para beneficiarem das oportunidades de mercado e de empreendedorismo - Referência ARI EV3/SDG 4.8: Desenvolvimento de Competências Profissionais e Emprego (Resultado 1). – Apoiar a segurança económica dos agricultores através do acesso melhorado à terra e fornecer aos agricultores instrumentos que lhes permitam fazer valer os seus direitos (Resultado 1 e Governação). – Apoio à Autoridade Tributária, contribuindo para o fortalecimento da capacidade de financiamento dos objectivos de desenvolvimento económico através da mobilização de recursos internos e da boa gestão da riqueza dos recursos naturais - abrangendo as principais dimensões - Referência ARI GO2/SDG 16, 17: Recursos orçamentais / ARI GO3/SDG 16, 17: Fluxos financeiros ilícitos: capacidades (Resultado 2). – Financiamento orçamental, diálogo de políticas e assistência técnica complementar, apoiando a melhoria da capacidade de gestão das finanças públicas e contribuindo para uma despesa pública mais eficiente e transparente. Possibilidades a serem exploradas para a transição para um apoio mais forte à PFM a nível descentralizado/desconcentrado. Maior coordenação, aprendizagem cruzada e maximização de sinergias com os domínios de governação e de prestação de serviços (Resultado 2). – Apoiar a análise de políticas económicas, pesquisa e discussão, no governo, instituições académicas e nas CSO, contribuindo para melhorar a formulação de políticas para um crescimento inclusivo, incluindo a gestão transparente dos recursos naturais (Resultado 2) (enfoque nas restrições ao crescimento inclusivo: transformação da agricultura, diversificação económica, utilização sustentável da riqueza dos recursos naturais, determinantes de género da pobreza). – Dimensão da agricultura para um crescimento inclusivo, crucial para uma ligação mais forte entre os Resultados 1 e 2. Dimensão de género das desigualdades e crescimento inclusivo a ser reforçada. – Explorar as possibilidades de financiamento de projectos ou co-financiamento de iniciativas bilaterais ou multilaterais destinadas a reforçar o ambiente de negócios e as condições de desenvolvimento do sector privado com base nas SMEs, a fim de reforçar as sinergias entre os resultados 1 e 2. 	
<p>(5) Recursos, parcerias (Programa da Suíça)</p> <p><u>Orçamento global do domínio: 28,25 milhões de Francos Suíços</u></p> <p><u>Parcerias no âmbito do Resultado 1:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – MASA (Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar) através do Inovagro, DFID, Helvetas Intercooperation da Suíça, Rede de Intercâmbio Beam, Programa SAM (sementes) apoiado pela SDC no Zimbabwe, APROSE (Associação Nacional de Promoção do Sector de Sementes). <p><u>Parcerias no âmbito do Resultado 2:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Ministério da Economia e Finanças (MEF), Autoridade Tributária de Moçambique (TA), instituições académicas moçambicanas (centros de investigação económica), CSO que trabalhem no Grupo Multilateral da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas – EITI - EITI-MSG, Parceiros de Desenvolvimento (GBS e outros doadores), IMF e WB (em projectos multilaterais de TA), e possivelmente governos provinciais. <p><u>Modalidades:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Implementar projectos de desenvolvimento de sistemas de mercado por meio de mandatos (Resultado 1). – Trabalhar em estreita sinergia com o domínio da governação em questões relacionadas com os direitos de uso e aproveitamento da terra (Resultado 1 & Governação). – Explorar futuras modalidades de apoio directo aos departamentos locais de agricultura, no sentido de melhorar a prestação de serviços aos agricultores (extensão, irrigação, etc.) ou fazê-lo através de mandatos existentes (Resultado 1). – Explorar oportunidades para contribuir para a melhoria do ambiente de negócios para as Micro, Pequenas e Médias Empresas - Desenvolvimento de MSME (fortalecimento do actual financiamento suíço para iniciativas multilaterais, ou novas contribuições para outras iniciativas) (Resultado 1 e 2). As principais modalidades poderão incluir mandatos, co-financiamento com doadores ou contribuições para iniciativas multilaterais. – Para o Resultado 2, que inclui apoio ao governo e a CSO: contribuição para o Fundo Comum ou outras formas de financiamento de doadores (para áreas de PFM, incluindo tributação); apoio focalizado ao abrigo de iniciativas globais (gestão macroeconómica e PFM) e apoio a projectos de instituições governamentais, CSO e instituições académicas. 	
<p>(6) Resultados da gestão/desempenho, incluindo indicadores (Programa da Suíça)</p> <ul style="list-style-type: none"> – Assegurar sinergias entre os projectos na área dos agnegócios que trabalhem nas mesmas áreas geográficas (complementaridade entre culturas de rendimento e horticultura) (Resultado 1). – Explorar futuras modalidades de apoio às CSO ou contribuições para iniciativas de múltiplos doadores ou projectos individuais (Resultado 1). – Capitalizar as lições aprendidas com a implementação de projectos de MSD e avaliações longitudinais de programas, para aferir o mérito da metodologia e benefícios para a população (Resultado 1). – Participar em plataformas de coordenação de doadores, tais como o Grupo de Trabalho sobre Agricultura (AWG), o Grupo de Trabalho do Sector Financeiro (FSWG) e a Plataforma Nacional de Diálogo sobre Sementes (APROSE) (Resultado 1). – Utilizar o espaço de diálogo de políticas para defender a coerência da política fiscal com o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e a diversificação económica (Resultados 1 e 2). 	

- Explorar as possibilidades de transportar experiências e pontos de estrangulamento do campo para fóruns de discussão de políticas, com vista ao crescimento do sector financeiro (Resultados 1 e 2).
- As lições aprendidas e a análise da crise da dívida de 2016 serão usadas para o diálogo sobre políticas e discussão de oportunidades para futuras reformas da PFM e governação económica, bem como para alimentar futuros ajustes de programas de apoio ao fortalecimento da PFM e financiamento sustentável do governo.
- Possível envolvimento no sentido de um maior fortalecimento da PFM e mobilização de receitas ao nível sub-nacional para apoio ao orçamento (caso as condições económicas e políticas o permitam). Este possível envolvimento começará como piloto, em parceria com outros doadores e possível replicação para outras províncias com potencial.
- O diálogo de políticas e a coordenação dos doadores são cruciais para o resultado 2: o facto de a Suíça manter a sua influência nas áreas de PFM e de reforma fiscal e, possivelmente, funções de liderança em PFM, mudando gradualmente o foco para a tributação.

Género:

- Contribuir para a redução da disparidade entre os géneros, apoiando a criação de oportunidades de emprego e geração de rendimentos especificamente para a mulher (jovem) e particularmente apoiando a mulher a superar as dificuldades adicionais que tradicionalmente enfrenta no acesso e controlo da terra, serviços financeiros e dos mercados. Isto é avaliado através do seguinte indicador de resultados: % de mulheres que acedem aos insumos e tecnologia (sementes, irrigação, terra, financiamento) e controlam/tomam decisões sobre o uso dos seus rendimentos.
- Apoiar a análise e o reforço de capacidades nas dimensões de género da despesa, assim como dos sistemas e política económica e contribuir para o reforço da capacidade e da sensibilização para a orçamentação na perspectiva de género.
- Indicadores: a) Número, qualidade e debates de pesquisa de políticas económicas sobre determinantes de género na pobreza e no crescimento inclusivo; b) Análise anual das tendências da despesa pública que afecta a mulher e as crianças, a serem incluídas nas questões para debate sobre dotações, execução e análise de eficiência orçamental.

3 Saúde

Objectivo do domínio: Melhorar a saúde das populações vulneráveis que vivem em zonas rurais de Moçambique.

1) Resultado do Portfólio Suíço	Contribuição do Programa da Suíça	Resultados no Desenvolvimento do País
<p>Declaração de resultado 1: Sistema fortalecido</p> <p>Os sistemas subnacionais prestam serviços de saúde mais equitativos, eficientes e integrados, incluindo WASH, serviços básicos de alta qualidade que respondam às necessidades da população vulnerável e desfavorecida</p> <p>1.1 Número de nascimentos atendidos por pessoal de saúde qualificado (em Cabo Delgado)⁶</p> <p>Fonte: QAD MISAU Linha de Base 2015: 69 172 (80%) Meta 2020: 90 228 (85%)</p> <p>→ Referência ARI H2/SDG 3: Sistemas de saúde</p> <p>1.2 % dos fundos do PROSAUDE atribuídos ao nível descentralizado - provincial</p> <p>Fonte: REO, MISAU Linha de Base 2015: 35% Meta 2020: 80%</p> <p>1.3 % dos distritos que apresentam informações completas, desagregadas por sexo, dentro do prazo do DIS</p> <p>Fonte: (PESS e - Relatório de Revisão Anual Conjunta ACA XV) Linha de Base 2015: 64% (DIS) Meta 2020: 95% (DIS-2019)</p> <p>1.4 % das infra-estruturas de saúde com água e saneamento a nível distrital (nas regiões de intervenção da Suíça)</p> <p>Fonte: MOPHRH - Programa Integrado de WASH⁷. Linha de Base 2015: 10% Meta 2020: 15%</p> <p>1.5 % de orçamento de WASH e saúde executado a nível provincial (em regiões de intervenção da Suíça)</p> <p>Fonte: Saúde MISAU (REO); WASH: ProGoas e GoTAS Linha de Base Saúde de 2015: Niassa 2.1%, Cabo Delgado 3.35% Meta em Saúde 2020: 5% Linha de Base WASH 2015: 20 Meta 2020: 40</p>	<p>Através de um melhor sistema de saúde, a Suíça contribui para prestação de serviços básicos de saúde e de WASH com mais qualidade, mais equitativa e integrada a nível local (regiões de intervenção da Suíça). Isto leva a um melhor acesso das populações vulneráveis aos serviços básicos de saúde e WASH.</p> <p>A Suíça contribuirá activamente para o diálogo de políticas destinado a apoiar o Governo de Moçambique nos seus esforços de reforma e a fortalecer o desempenho dos sistemas de cuidados de saúde e de WASH.</p> <p>Os sistemas são reformados e descentralizados.</p> <p>Os mecanismos da PFM estão disponíveis.</p> <p>Pressupostos</p> <ul style="list-style-type: none"> O Ministério da Saúde (MISAU) e MOPHRH9 estão empenhados no desenvolvimento e implementação de uma agenda de reformas, focada na descentralização e na abordagem multisectorial. A descentralização permanece na agenda do GoM e recebe o apoio político necessário para sua implementação. Os ministérios envolvidos apoiam activamente a expansão e o financiamento seguro para a manutenção da saúde e de WASH. <p>Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumenta a resistência do GoM central com tendências de re-centralização, consequências negativas para a descentralização fiscal. O GoM não adopta uma perspectiva de longo prazo para financiar o desenvolvimento. A saúde, incluindo o saneamento, permanece com baixa prioridade na agenda do GoM. 	<p>Resultado 1 no Desenvolvimento do País: Reformas de descentralização</p> <p>É desenvolvida e implementada uma agenda holística de reforma institucional com foco no processo de descentralização do sistema (fonte: QAD)</p> <p>1.1 Taxa de mortalidade materna</p> <p>Fonte: PESS Linha de Base 2011: 408/ 100 000 nados vivos Meta 2019: 190/ 100 000 nados vivos</p> <p>1.2 % de fundos sob gestão do MISAU alocados a nível descentralizado, provincial e distrital</p> <p>Fonte: REO, MISAU Linha de Base 2015: 53% P (41%) D (12%) Meta 2020: 60%</p> <p>1.3 % e número de distritos que enviam informações completas dentro do prazo do DIS e do Sistema Nacional de Informação e Saneamento - SINAS</p> <p>Fonte: (DIS) Linha de Base 2015: 64% 87 Meta 2020: 95% (DIS-2019) 137</p> <p>Políticas</p> <p>1.4 Observação qualitativa de melhorias e elaboração de políticas sensíveis ao género, implementação de planos de acção nas áreas temáticas de descentralização de Saúde e WASH e acesso equitativo aos serviços de saúde e WASH</p> <p>Fonte: Políticas em saúde e WASH Estratégia de Género no Sector da Saúde em 2009; Estratégia de saneamento rural inexistente Estratégia de Género actualizada para o Sector da Saúde; Foi elaborada uma estratégia de saneamento rural sensível ao género.</p> <p>Linha de Base 2015: Meta 2020:</p>

⁶ Cálculo baseado em projecções populacionais de 4,5% de acordo com o censo de 2007. A base populacional para 2015 é 85 192, a projecção para 2020 é de 106 151.

⁷ Este é um grupo multisectorial responsável pelo plano liderado pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos / Direcção Nacional de Abastecimento de Águas e Saneamento (MOPHRH/DNAAS). Mas, do qual também fazem parte o MISAU, MITADER, MAEPF, MEDH).

⁸ Ministério da Saúde.

⁹ Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.

<p>Declaração de Resultado 2 – Empoderamento da comunidade</p> <p>As comunidades rurais das províncias do Norte são capazes de expressar as suas necessidades e direitos, e exigem prestação de contas por parte dos governos locais e dos provedores de serviços básicos.</p>	<p>A Suíça contribui para:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fortalecer o empoderamento dos cidadãos e da sociedade civil, contribuindo para uma participação efectiva na melhoria dos serviços a nível local. Permitir que estes influenciem a utilização efectiva dos recursos públicos para a saúde e dos serviços de WASH a nível local (região de intervenção da Suíça) Reduzir as desigualdades geográficas na cobertura dos cuidados de saúde e dos serviços WASH, maior acesso e utilização através de apoio específico, como assistência técnica e investimento financeiro a nível descentralizado. <p>Pressupostos</p> <ul style="list-style-type: none"> A descentralização permanece na agenda do GoM e recebe o apoio político necessário para sua implementação. Cidadãos e CSO são activos e comprometidos na reivindicação dos seus direitos e promoção do desenvolvimento inclusivo. O GoM mantém espaços suficientes e credíveis para a participação das CSO nos processos de planeamento do desenvolvimento. As autoridades locais reforçam as suas capacidades de planeamento participativo para o diálogo com as comunidades. 	<p>Resultado 2 no Desenvolvimento do País – Prestação de serviços</p> <p>Acesso alargado e melhoria da qualidade dos serviços de saúde e de WASH (fonte: PQG B2/PQG B3)</p> <p>2.1 Número de unidades sanitárias com WASH (fonte: Plano Integrado de Saneamento)</p> <p>Fonte: LOLE e Regulamento. Linha de Base 2015: 30% Meta 2020: 45%</p>
<p>2.2 População (M/F) ganhou acesso a água potável segura e acessível (Região de intervenção suíça: 3 Províncias, Niassa, Nampula, Cabo Delgado)</p> <p>Fonte: ProGoAS e GoTAS Linha de Base 2015: 4 268 homens e 4 442 mulheres Meta 2020: 43 553 (média de 8 710 M/F por ano)</p> <p>→ Referência ARI W3/SDG6: Serviços Básicos/Água</p>		<p>2.2 % e número de homens e mulheres que têm acesso a infra-estruturas hídricas nas zonas rurais</p> <p>Fonte: DNAAS¹⁰ Linha de Base 2015: 54 Meta 2020: 64</p>
<p>2.3 População (M/F) ganhou acesso a serviços de saneamento e higiene adequados e equitativos (Região de intervenção da Suíça: 3 províncias, Niassa, Nampula, Cabo Delgado)</p> <p>Fonte: Relatórios do ProGoAS e do GoTAS Linha de Base 2015: 5 910 homens e 6 151 mulheres Meta 2020: 60 305 (média de 12 061 M/F por ano)</p> <p>→ Referência ARI W4/SDG6: Serviços Básicos/Saneamento</p>	<p>Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> Cansaço de participação dos cidadãos ou CSO devido à falta de respostas ou resultados concretos. Conflitos políticos deterioraram a credibilidade e a possibilidade de expressar opiniões divergentes. 	<p>2.3 % da população que utiliza infra-estruturas sanitárias adequadas nas zonas rurais</p> <p>Fonte: DNAAS Linha de Base 2015: 15% (5,5 M – habitantes) Meta 2020: 50% (9,2 M – habitantes)</p> <p>2.4 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos (por 1000) nados vivos (PESS 2014-2019)</p> <p>Fonte: DHS (Pesquisa Demográfica em Saúde) Linha de Base 2011: 97 Meta 2019: 55</p>
<p>(4) Linhas de intervenção (Programa da Suíça)</p>		
<p>Ref. Resultado 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> Diálogo de políticas em colaboração com o domínio da governação sobre a descentralização do orçamento e as lições aprendidas a nível local para a melhoria das políticas, estratégias e planos sensíveis ao género. Assistência técnica, incluindo PFM, a todos os níveis. Reforçar os mecanismos de coordenação e co-financiamento a todos os níveis, incluindo o sector privado. Capacitar os comités consultivos para visarem a saúde e WASH no plano e orçamento a nível distrital. Desenvolver as habilidades dos jovens para construir e reabilitarem as infra-estruturas de saúde e WASH. Investimentos em infra-estrutura e equipamentos de WASH. 		

¹⁰ Declaração de ODS do Sector de Águas 2015 - 2030

Resultado de Referência 2:

- Desenvolvimento da capacidade de organização da sociedade civil e funcionários da área da saúde.
- Promover a participação comunitária na saúde, higiene e saneamento.
- Desenvolver habilidades básicas de saúde de adolescentes e jovens, incluindo saúde sexual e reprodutiva.
- Desenvolver as capacidades das CSO locais para fazerem análises e advocacia.
- Capacitar os comités consultivos para visarem a saúde e WASH no plano e orçamento a nível distrital.
- Aceitabilidade e uso da saúde e da provisão de WASH através de facilitação de um debate público inclusivo a nível local.
- A informação estratégica gerada pelo sistema de Monitoria e Avaliação (M&A) é utilizada para planeamento, gestão, advocacia e políticas baseadas em evidências.

Género:

- O domínio da saúde contribui para reduzir a diferença de género em Moçambique, garantindo que os serviços de saúde de qualidade e os serviços de WASH sejam oferecidos a homens e mulheres sem discriminação. O acesso aos cuidados de saúde depende de uma série de factores relacionados com a oferta e procura.
- Do ponto de vista da oferta, a SDC utilizará o diálogo de políticas para garantir que os programas de saúde sejam sensíveis ao género, abordando as causas de raiz das desigualdades de género na concepção e implementação das políticas.
- Do ponto de vista da procura, as intervenções da SDC promoverão/influenciarão o acesso igual a serviços de saúde e WASH, proporcionando oportunidades para que as mulheres e os homens se empenhem construtivamente na mudança dos papéis de género existentes e exerçam os seus direitos de modo igualm. Será dada especial atenção à participação da mulher e do homem na tomada de decisões sobre políticas e projectos locais relacionados com saúde e WASH e à redução das barreiras ao acesso aos cuidados de saúde para a mulher.

(5) Recursos, parcerias (Programa da Suíça)

Orçamento global do domínio: 29 milhões de Francos Suíços

Parcerias com:

- Ministério da Saúde, Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Ministério das Finanças. A nível local: Gabinetes Provinciais e Distritais de Saúde, Finanças e Águas.
- Organizações moçambicanas de pesquisa tais como o Centro de Investigação de Saúde de Manhica (CISM), NGO (CIP, Viwanana, Centro de Aprendizagem e Empoderamento da Sociedade Civil (CESC), Comunicação para a Saúde (NWETI), Anasri, Ama, Concern Universal, Organização Holandesa para o Desenvolvimento (SNV), parceiros suíços: SolidarMed e Helvetas.
- Parceiros no sector da saúde tais como a Irlanda, Dinamarca, Canadá, Espanha, Itália, EUA (USAID), Países Baixos e instituições multilaterais (WHO, UNICEF, UNFPA, UNAIDS, Fundo Global de Luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária – Instituição de Financiamento Global).
- Parceiros em WASH e Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas - Fundo Comum do UNICEF, DFID, Áustria, Parceiros ao nível local: Espanha, UNFPA, DFID.
- Intercâmbio com o Programa Regional da SDC para a África Austral relativamente a políticas de saúde na SADC e na área do HIV/SIDA.
- Intercâmbio com os Programas Globais de Saúde e Água da SDC.
- Participação e contribuição para redes como a Rede de Saúde e Água da SDC, P4H e Comunidade de Prática sobre HIV/SIDA.

Modalidades:

- Apoio orçamental sectorial / Fundos comuns sectoriais.
- Mandatos/contribuições.
- Co-financiamento.
- Visão sistémica centrada nas pessoas, orientada para a equidade e género e abordagem baseada em direitos.
- Desenvolvimento de sistemas através de uma abordagem multisectorial que integre a saúde e WASH.
- Apoio tanto na oferta como na procura dos serviços sociais básicos de saúde e WASH.
- Integração da governação e igualdade de género.

(6) Resultados de gestão/desempenho, incluindo indicadores (Programa da Suíça)

- Lições aprendidas e estudo a nível local com capacidade para melhorar as políticas, estratégias e planos.
- Sólida estratégia de financiamento da saúde para PROSAUDE, P4H e Instituição de Financiamento Global, PROGOAS e GOTAS, Cabo Delgado Saúde, e novos projectos.
- As sinergias e a complementaridade entre os níveis local e central têm um impacto na reforma sistémica dos critérios de descentralização e de alocação de recursos.
- Coordenação e liderança no grupo de trabalho em saúde, a fim de promover a agenda da descentralização.
- Replicação e ampliação: Programas GOTAS com DFID e WASH no sector de Saúde em Nampula e Zambézia, Cabo Delgado, de modo a incluir o WASH em parceria com outros doadores, a fim de promover a agenda de descentralização.
- Participação e contribuição em seminários temáticos presenciais - F2F e grupos de trabalho nacionais temáticos, WASH e redes da SDC em Saúde, conferências para partilha de conhecimentos e lições aprendidas para um maior impacto nos beneficiários.

Anexo 4: Cenários de Contexto, Consequências e Adaptações do Programa

Melhor cenário: Do potencial à realidade	Cenário mais provável: Sem guerra – Sem paz – Sem justiça	Pior Cenário: Retorno, exclusão e vulnerabilidade
Economia		
O crescimento económico é vibrante ou positivo durante os próximos 5 anos e traduz-se na melhoria das condições de vida para a maioria da população. A crise da dívida pública em 2016 funciona como um motor para um profundo processo de reformas na gestão económica e na governação. A governação económica é reforçada de forma sustentada e credível, permitindo a continuidade dos fluxos de FDI, ODA e do aumento geral dos investimentos para o crescimento económico.	O crescimento económico ainda será positivo ao longo dos próximos 5 anos, mas não se traduz na melhoria das condições de vida da maioria da população. As principais preocupações resultantes do actual retrocesso na gestão da dívida, transparência fiscal e reforma da PFM são parcialmente colmatadas, abrangendo apenas questões cruciais, principalmente para permitir a continuidade dos fluxos de FDI para as indústrias extractivas. Considera-se a crise como oportunidade para a reforma, em particular para abordar a questão da eficiência da despesa pública, dada a tendência de redução dos fluxos de ODA.	O crescimento económico estará estagnado ou negativo nos próximos 5 anos, possivelmente agravando as condições de vida da maioria da população. Não há nenhum compromisso do governo para com as reformas de PFM, integridade e transparência. Acesso limitado aos mercados financeiros internacionais e investimentos produtivos limitados, concentrados nos sectores de elevado lucro e de capital intensivo.
Aumento dos fluxos de capital, aumento do rendimento nacional e melhoria do HDI.	Recuperação muito lenta da balança de pagamentos e da inflação gerada pela crise da dívida, depreciação do Metical e ausência de melhoria no HDI.	Inflação e depreciação do Metical. Retirada de capital, dívida pública insustentável e redução do HDI.
Diminuição da corrupção e melhoria do ambiente de negócios para as SME.	A corrupção recorrente contribui para o ambiente de negócios desfavorável.	Deterioração da governação económica e aumento da corrupção.
Desenvolvimento socioeconómico inclusivo e equitativo em todo o país e aumento do emprego.	As condições socioeconómicas permanecem inalteradas, com tendência para o aumento da desigualdade e continuação de taxas elevadas de desemprego.	Aumento da desigualdade, deterioração das condições socioeconómicas e aumento do desemprego.
Aumento dos investimentos para a diversificação económica e aumento da produtividade. Aumento da despesa pública nos sectores prioritários para o desenvolvimento e melhoria da qualidade dos serviços.	Potencial aumento nos investimentos e serviços públicos nas regiões marginalizadas. Mantem-se e protege-se o padrão das despesas públicas nos sectores sociais e abordam-se os principais determinantes da eficiência.	Redução da produtividade e do acesso aos serviços públicos. Redução das despesas públicas para sectores prioritários sociais e económicos, devido à política fiscal restritiva e pagamentos de dívidas. Deterioração do diálogo de políticas.
Política		
Acordo de paz entre a FRELIMO e a RENAMO conducente a uma solução política sustentada, sistema político inclusivo com representação dos partidos de oposição, desmobilização e integração da ala militar da RENAMO na polícia e nas forças armadas.	Continuação do actual padrão de situação tensa subjacente, como tem sido desde 1992 com o Governo/FRELIMO, mantendo uma orientação e retórica centralizada e não inclusiva da política e da violência armada esporádica entre a FRELIMO e a RENAMO.	Eclosão do conflito armado entre a FRELIMO e a RENAMO devido ao fracasso das negociações de paz. Perda da legitimidade política, violação sistemática dos direitos humanos e fracasso do estado.
Sistema multipartidário eficaz a nível nacional e descentralizado com eleições transparentes, livres, justas e inclusivas.	Um sistema de partido único de facto com possibilidades limitadas para que os partidos de oposição influenciem as decisões de política a nível nacional e local. Aumento da violência e da agitação antes, durante e depois das eleições.	Consolidação do sistema de partido único, aumento das fricções entre partidos, ameaças e assassinatos direccionados de opositores políticos. Violência generalizada em todo o país antes, durante e após as eleições.
Um amplo debate multipartidário e multi-lateral sobre questões essenciais para a paz e o desenvolvimento inclusivo conduz a uma reforma constitucional e a um processo mais eficaz de descentralização.	Implementação contínua da actual política e estratégia de descentralização com reformas pontuais do enquadramento jurídico e político após consenso no debate intrapartidário (FRELIMO).	Recuo total das políticas e estratégias existentes para a descentralização, com total controlo central da maioria das funções e competências do governo e do estado.

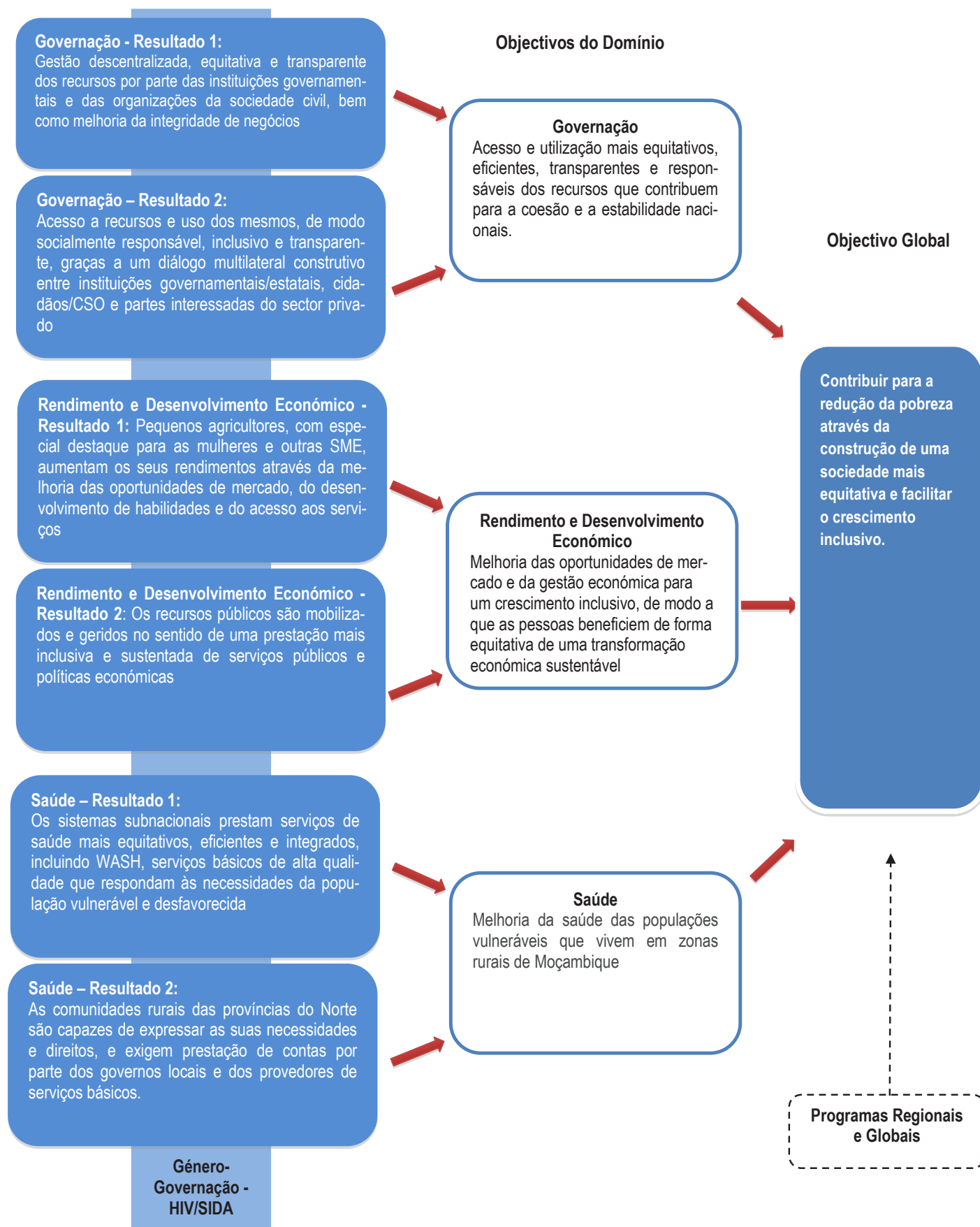
CSO e meios de comunicação independentes capazes de expressar suas opiniões e debater publicamente, e sem medo, sobre as questões essenciais para o desenvolvimento do país.	Pressão constante sobre as organizações da sociedade civil, incluindo ameaças a figuras de liderança e apenas poucos meios de comunicação independentes.	Limitação mais significativa e sistemática dos direitos à liberdade de expressão, liberdade de reunião e associação pacíficas. Líderes de opinião expostos abandonam o país.
Social / Humanitário		
Redução das desigualdades estruturais devido a uma boa gestão de recursos, melhorando o estado de direito e aumentando a resiliência a choques externos.	As desigualdades estruturais continuam elevadas devido à má gestão de recursos, à ausência de um estado de direito e à contínua vulnerabilidade a choques externos.	As desigualdades estruturais aumentam devido à má gestão de recursos, ausência de estado de direito e maior vulnerabilidade a choques externos.
Regresso seguro e sustentável dos refugiados e das populações deslocadas às suas zonas de origem.	Deslocação de populações para países vizinhos e áreas urbanas devido a bolsas de violência, insegurança alimentar e falta de serviços básicos (água, saneamento, saúde, educação).	Grandes deslocações populacionais - refugiados e deslocados internos - dentro do país (rural para urbano) e para países vizinhos devido a confrontos armados.
Maior resiliência aos choques climáticos externos graças a uma maior resiliência da população e maior capacidade de preparação e resposta do governo.	Emergências humanitárias sazonais e concentradas regionalmente com aumentos temporários de riscos à saúde, segurança alimentar limitada e acesso limitado a água e saneamento, e baixa capacidade de resposta do governo.	Emergência humanitária com aumento da insegurança alimentar, riscos para a saúde e acesso limitado a água e saneamento devido a fortes inundações no norte, secas no sul, diminuição da produtividade agrícola e diminuição das importações de alimentos.
Aumento da cobertura geográfica e melhoria da qualidade de prestação de serviços básicos nos espaços rurais e urbanos (água, saneamento, saúde, educação). Redução das desigualdades na prestação e acesso de serviços.	Aumento das desigualdades no acesso e na utilização de serviços básicos com maior vulnerabilidade da mulher e criança, especialmente nas zonas rurais e periurbanas, devido à disponibilidade e utilização limitadas nas zonas rurais e ao aumento da pressão sobre a prestação de serviços urbanos. Logística de medicamentos e suprimentos médicos dificultada ou interrompida.	Acesso a serviços básicos limitado ou impossível e níveis extremos de vulnerabilidade da mulher e criança, especialmente nas zonas rurais, devido a choques externos e internos. A destruição da infraestrutura social leva ao colapso da prestação de serviços nas zonas rurais e a pressões sobre as zonas urbanas onde a prestação de serviços básicos piora de forma massiva.
Acesso melhorado aos mercados e ao comércio.	Acesso mais condicionado aos mercados.	Ausência de acesso a mercados e serviços básicos.
Segurança		
Com a solução política, acordo de paz, instituições reforçadas e desenvolvimento gradual, a situação de segurança das zonas desfavorecidas vai melhorar gradualmente.	O nível de criminalidade e insegurança prevalece devido à ausência de um estado de direito fortalecido e a elevados níveis de pobreza; o impasse político contribui para os focos de violência.	A escalada do conflito armado devido a negociações de paz mal sucedidas, leva à deterioração imediata da situação de segurança em todo o país.
Governo a actuar em harmonia com o estado de direito e com capacidade para evitar agitação social e motins graças à boa governação.	Controlo social e político e uso de mecanismos repressivos pelo estado com agitação social e motins esporádicos.	Deterioração da lei e ordem com pontos de controlo militar/de oposição, ameaças da polícia e das forças de segurança, controlo da comunicação, dos órgãos de comunicação social e redes sociais.
Acesso humanitário pleno a todas as áreas tecnicamente acessíveis e colaboração proactiva com as principais NGO de direitos humanos, agências da UN e doadores.	Acesso humanitário limitado a zonas de conflito e áreas atingidas por desastres naturais e limitada colaboração com agências de direitos humanos da UN, actores humanitários e NGO.	Nenhum acesso humanitário às principais zonas de conflito ou áreas atingidas por desastres naturais com pressão política e militar sobre as NGO de direitos humanos e agências humanitárias, incluindo ameaças e assassinatos direccionados.
Diminuição da criminalidade devido ao respeito pelo estado de direito e à diminuição das desigualdades. Redução do espaço para redes criminosas e tráfico de drogas.	Níveis continuamente elevados de roubo e crime e existência de redes ilícitas para o tráfico de drogas e sequestros.	Aumento da criminalidade e insegurança nos espaços urbanos com redes de crime ilícito reforçado, sequestro, tráfico de drogas e política.
Diminuição das desigualdades com melhores oportunidades económicas nos espaços urbanos e rurais e acesso equitativo aos serviços básicos.	Aumento da migração rural-urbana devido à falta de oportunidades de desenvolvimento nas zonas rurais colocando pressão sobre os serviços básicos nas zonas urbanas.	Agitação social em ambientes urbanos devido a desigualdades sociais e económicas e falta de acesso a serviços básicos.

Adaptações ao Programa

Melhor cenário	Cenário mais provável	Pior cenário
Domínio de Governação		
<p>Apoiar a implementação efectiva do acordo de paz, eventuais reformas constitucionais e descentralização efectiva.</p> <p>Aumentar o trabalho sistémico com os partidos políticos, o sistema judiciário e os parlamentos.</p> <p>Alinhar todos os programas com o Plano Quinquenal do Governo e uso de sistemas estatais para a maioria das intervenções.</p>	<p>Objectivo do domínio:</p> <p>Melhoria dos sistemas de governação para um acesso e utilização mais equitativos, eficientes, transparentes e responsáveis de recursos.</p>	<p>Monitoria sistemática da economia política e do contexto de segurança.</p> <p>Manter o espaço humanitário, proteger os civis e promover abordagens baseadas nos direitos humanos através do diálogo político e com ONG e agências internacionais como a UN, o Comité Internacional da Cruz Vermelha - CICV, Médicos Sem Fronteiras (MSF) e a Organização Internacional para as Migrações (IOM).</p> <p>Melhorar as sinergias com os parceiros internacionais em matéria de direitos humanos, governação dos recursos naturais, anticorrupção e Fluxos Financeiros Ilícitos..</p>
<p>Alinhamento total com os sistemas estatais com todas as transferências financeiras nas contas do estado (níveis central e descentralizado).</p> <p>Trabalho com parlamentos provinciais.</p>	<p>Resultado 1 (descentralização): Gestão descentralizada, equitativa e transparente dos recursos pelas instituições governamentais/locais, cidadãos/CSO e partes interessadas do sector privado.</p>	<p>Foco em programas nas zonas urbanas descentralizadas e acessíveis. Nas zonas rurais acessíveis, trabalhar directamente com um pequeno número de distritos seleccionados sobre governação local.</p> <p>Aumento do diálogo político e trabalho sobre transparência, anticorrupção e integridade de negócios a nível central e local. Aumentar a conscientização sobre os riscos e melhorar a gestão da segurança dos parceiros locais das CSO.</p>
<p>Institucionalizar espaços participativos a níveis urbanos.</p> <p>Institucionalizar plenamente os comités de gestão de recursos naturais a níveis descentralizados.</p> <p>Concentrar-se na eficiência da responsabilização de cima para baixo.</p>	<p>Resultado 2 (responsabilidade social): Acesso e uso de recursos socialmente responsáveis, inclusivos e transparentes, graças ao diálogo multilateral construtivo entre instituições governamentais/Cidadãos/CSO e partes interessadas do sector privado.</p>	<p>Aumentar a capacidade de CSPM dos parceiros de implementação, incluindo a monitoria da implementação da abordagem de "não prejudicar".</p> <p>Promover o diálogo entre as diversas partes interessadas a nível nacional e local, com um maior enfoque na coesão social, educação cívica e na resolução de conflitos.</p>
Domínio de Rendimento e Desenvolvimento Económico		
<p>Expandir as actividades do domínio com a exploração de intervenções para melhorar o ambiente de negócios e o fortalecimento de PFM (incluindo o nível sub-nacional), no que diz respeito às condições económicas para um crescimento inclusivo.</p>	<p>Objectivo do domínio:</p> <p>Melhoria das oportunidades de mercado e a gestão económica para um crescimento inclusivo, de modo a que as populações beneficiem de forma equitativa da transformação económica sustentável.</p>	<p>Possível retirada gradual/suspensão de algumas intervenções devido ao acesso limitado/ausência de acesso ou ao aumento do risco de má utilização dos fundos.</p>
<p>Ampliação e replicação com maior número de beneficiários.</p> <p>Diminuição dos custos de gestão com diminuição da presença no terreno.</p>	<p>Resultado 1:</p> <p>Os pequenos agricultores, com especial destaque para a mulher, e outras SME, aumentam os seus rendimentos através de melhores oportunidades de mercado, desenvolvimento de competências e acesso a serviços.</p>	<p>Acompanhamento remoto das actividades devido ao acesso limitado às áreas do projecto.</p> <p>Mudança para a abordagem humanitária no que diz respeito à segurança alimentar para evitar que os agricultores vendam os seus activos básicos e assegurar que mantenham a sua capacidade básica de compra/produção.</p>

<p>Mais enfoque e apoio às necessidades específicas de Assistência Técnica (TA) para gestão das finanças públicas (gestão do risco fiscal, rendimentos das indústrias extractivas, e mobilização de receitas).</p> <p>Maior apoio à análise e pesquisa económicas.</p> <p>Explorar e expandir as actividades sobre condições de investimento, comércio e ambiente de negócios para o desenvolvimento do sector privado (PSD).</p>	<p>Resultado 2:</p> <p>Os recursos públicos são mobilizados e geridos para uma prestação mais inclusiva e sustentada de serviços públicos e políticas económicas.</p>	<p>Avaliação de opções de cancelamento imediato ou suspensão e retirada progressiva dos projectos complementares de TA (com enfoque em PFM), dependendo da análise da economia política.</p> <p>Definição de indicadores/resultados mais específicos sobre análise de políticas, gestão de recursos naturais (NRM) ou outros. Mudança para um maior apoio às CSO que clamam por responsabilização e melhoria da governação económica.</p>
Melhor cenário	Cenário mais provável	Pior cenário
Domínio da Saúde		
<p>Ampliação e replicação com maior número de beneficiários.</p> <p>Redução dos custos de gestão com diminuição da presença no terreno.</p>	<p>Objectivo do domínio:</p> <p>Melhoria da saúde das populações vulneráveis que vivem nas zonas rurais de Moçambique.</p>	<p>Avaliações mais frequentes do contexto e maior controlo da implementação de programas</p> <p>Redesenhar programas.</p> <p>Oferecer resposta humanitária.</p>
<p>Avaliações menos frequentes do contexto.</p> <p>Mais apoio orçamental.</p>	<p>Resultado 1 (governança do sistema):</p> <p>Os sistemas subnacionais proporcionam saúde mais equitativa, eficiente e integrada, incluindo WASH, serviços básicos de elevada qualidade que respondem às necessidades das populações vulneráveis e desfavorecidas.</p>	<p>Avaliações mais frequentes do contexto.</p> <p>Abordagem humanitária/prestação de serviços através de NGO em substituição do sistema nacional (água, saneamento e saúde).</p>
<p>Replicação de boas práticas.</p> <p>Explorar mais trabalho com o sector privado.</p>	<p>Resultado 2 (empoderamento da comunidade):</p> <p>As comunidades rurais das províncias da zona norte são capazes de expressar suas necessidades e direitos, e exigem responsabilidade dos governos locais e dos provedores de serviços básicos.</p>	<p>A ausência de fundos a serem canalizados através dos sistemas governamentais, tornam as NGO/CSO como os principais e exclusivos receptores de fundos.</p>
Cultura		
<p>Reconhecimento das debilidades das instituições locais; enfoque em iniciativas individuais/empreendedores em artes (geração de renda para a redução da pobreza); enfoque na criança e jovens (transmissão de habilidades e experiências).</p>	<p>Objectivo: Fortalecer as instituições e plataformas que possam actuar como provedores de serviços culturais e artísticos às comunidades vizinhas; como fornecedores de conhecimento, espaço e serviços aos agentes culturais; e/ou como defensores e promotores de artes e cultura em geral.</p>	<p>Manter o foco no apoio às iniciativas locais.</p>
<p>Providenciar formação e oportunidades para testagem das habilidades adquiridas. Apoiar novos projectos e iniciativas.</p>	<p>Resultado 1:</p> <p>Populações vulneráveis envolvidas em actividades culturais como meio para elevar a sua auto-estima/ confiança, senso de responsabilidade e iniciativa.</p>	<p>Manter o apoio para pequenas acções dos agentes locais.</p>
<p>Reconhecer que é um objectivo a longo prazo, e assim apoiar projectos de médio e longo prazo.</p>	<p>Resultado 2:</p> <p>Actividades artísticas e culturais promovem debates e pensamento crítico.</p>	<p>Criar um fundo para as artes num contexto de conflito.</p>

Anexo 5: Estratégia da Cooperação Suíça 2017-2020 num relance



Impressão

Editor:

Departamento Federal de Relações Internacionais (FDFA)
Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC)
3003 Berna

Desenho:

Comunicação Visual FDFA, Berna

Fotos:

Capa: Dominique Andereggren/flussreif
SDC/João Costa Zwela e Chico Carneiro

Remessas:

www.sdc.admin.ch (heading "Publications")

Contacto detalhado:

Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC)
Departamento para África Oriental e Austral
Tel. +41 58 462 34 75, Fax +41 58 464 16 95
www.sdc.admin.ch